



RESULTADOS E EXPECTATIVAS

Estratégias eficazes para atingir resultados, com foco em gestão e OKR.
Por Pedro Signorelli, **página 2**



O FUTURO DA PUBLICIDADE: GENAI

É tempo de descobrir como IA generativa pode impulsionar a performance.
Por Daniel Deivisson, **página 2**



PJ GERA DIVERGÊNCIA ENTRE STF E TST

Pejotização: Justiça do trabalho vê requisitos de relação de emprego.
Por Milian Jeruska, **página 4**

Condenação da KPMG abre precedente importante

A recente condenação da auditoria KPMG, integrante do grupo “Big Four”, a pagar uma indenização de cerca de R\$ 10 milhões a um investidor lança um importante precedente para o mercado financeiro e para a responsabilidade das auditorias independentes no Brasil.

A decisão inédita do STJ responsabiliza a auditoria externa por ter emitido pareceres sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras do Banco BVA, pouco antes de a instituição entrar em colapso financeiro.

“A condenação pode influenciar diversas ações judiciais de investidores que buscam reparação por perdas relacionadas a balanços auditados de forma inadequada. O investidor toma sua decisão com base em números. A auditoria não é investigadora, mas afere a adequação das normas contábeis o que exigiria perceber se os números são minimamente sustentáveis”, afirma Eduardo Silva, presidente do Instituto Empresa, que promove demanda contra PwC no caso do Instituto de Resseguros Brasil (IRB).

No julgamento da KPMG, o ministro Villas Bôas Cueva, ao acompanhar o voto da relatora, Nancy Andrighi, observou que o trabalho do Tribunal de Justiça de São Paulo foi exemplar e deixou claro que cabe responsabilidade por negligência e imperícia dos auditores.

A decisão do STJ manteve o entendimento do TJ-SP, que considerou a auditoria responsável pelo prejuízo de uma holding familiar que investiu R\$ 3,5 milhões em CDBs do Banco BVA com base nos pareceres da KPMG.

“Em realidade, se os investidores tivessem domínio dos números reais das empresas, jamais teriam realizado o investimento. Para além, portanto, do capital perdido há múltiplos outros componentes como o custo de transação e perda de outras oportunidades, juros e correções”, ressalta Silva.

Ao somar o total investido, a atualização monetária e os honorários de sucumbência – subtraindo o que foi recebido do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) –, a KPMG e um de seus sócios deverão pagar mais de R\$ 10 milhões. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já havia punido a empresa e seu sócio anteriormente, com multas e afastamento temporário de suas funções.

Cesta básica mostra queda no preço do feijão com arroz

Em 12 meses, alimentos mostram sinais de baixa

O valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em 14 das 17 capitais nas quais o Dieese realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.

A comparação dos valores da cesta, entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025, mostrou que 14 capitais tiveram alta de preço, com variações entre 1,87%, em Vitória, e 13,22%, em Fortaleza. As quedas ocorreram em Porto Alegre (3,40%), Rio de Janeiro (2,15%) e Belo Horizonte (0,20%). Em 10 das 17 capitais o valor da cesta básica em 12 me-

ses subiu abaixo de 4,96% (valor acumulado do IPCA-15 no período).

Fevereiro de 2025 trouxe boas notícias para dois produtos fundamentais na alimentação do brasileiro: o custo do quilo de feijão caiu em 16 das 17 cidades, com taxas que variaram entre -5,35%, em Goiânia, e -0,13%, em Fortaleza. A única alta foi registrada em Aracaju (0,58%); o quilo do arroz diminuiu em 13 das 17 cidades, com variações de -4,03% a +4,12%.

Em 12 meses, o preço médio do feijão caiu em todas as capi-

tais, com destaque para o Rio de Janeiro (-24,72%) e Vitória (-23,94%). A menor demanda e o avanço da colheita dos dois tipos de grãos explicaram os resultados no varejo, segundo o Dieese.

Quanto ao arroz, 14 cidades tiveram redução do preço médio nos últimos 12 meses. As retrações mais importantes foram registradas em Porto Alegre (-15,25%) e Goiânia (-11,61%). As altas acumuladas foram pequenas e ocorreram em Salvador (2,81%), Fortaleza (1,50%) e São Paulo (0,52%).



Martín Zabala/Xinhua

Argentina recorrerá a decreto para não precisar de aprovação a acordo com FMI

A Argentina aguarda um acordo iminente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que permitiria ao país acessar novos desembolsos que serão usados para fortalecer suas combatidas reservas internacionais. O governo argentino definiu que um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) será o mecanismo legal para garantir apoio interno ao novo programa, por meio do qual também busca quitar uma dívida com o FMI estimada em cerca de US\$ 44,5 bilhões.

A edição do DNU, espécie de medida provisória argentina, busca driblar a necessidade de aprovação no Congresso. Em entrevista à rádio LN+, do grupo do diário *La Nación*, em 7 de março, o ministro da Economia, Luis Caputo, afirmou que todos os detalhes relevantes permanecem “confidenciais”.

O Governo da Argentina pretende concluir o acordo com o FMI rapidamente, evitando a aprovação parlamentar para qualificar nova dívida, o que é exigido por uma lei de 2022. “O debate parlamentar levaria muito tempo”, reclamou Caputo.

Um DNU entra em vigor imediatamente após ser apresentado ao Congresso, até que o Senado ou a Câmara dos Deputados o aprove ou rejeite. O processo de rejeição é demorado, o que funciona a favor do governo, pois o acordo com o FMI pode ser oficializado antes que um voto de rejeição se materialize.

O presidente da Argentina, Javier Milei, enfatizou que o valor a ser desembolsado no âmbito do acordo com o FMI será direcionado a um processo de recompra, pelo Tesouro, de títulos que estão em mãos do Banco Central

(BCRA), operação que, segundo ele, além de sanear o balanço da autoridade monetária contribuirá para o objetivo de desacelerar a inflação no país.

Além do cancelamento da dívida com o Banco Central, que o Governo tem insistido que não implicará um maior endividamento do Tesouro, mas uma “mudança de credor”. O diretor associado da consultoria EcoGo, Sebastián Menescaldi, citado pelo jornal *Perfil*, referiu-se às condições que o FMI exigirá como credor, diferentes das do Banco Central.

“A [dívida] atual não será fácil de financiar e terá seus custos. O FMI pedirá condições que o BCRA não pediu para sua dívida. E também terá um custo em termos fiscais: será paga uma taxa de juros muito diferente daquela com o Banco Central, que era quase zero”, disse Menescaldi.

AGU recupera R\$ 244 bilhões para a União em 5 anos

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu recuperar R\$ 244,2 bilhões aos cofres públicos nos últimos cinco anos. O valor se refere à recuperação de créditos tributários e não tributários. Entre 2020 e 2024, a arrecadação total aumentou 129,18%, subindo de R\$ 30,5 bilhões para cerca de R\$ 70 bilhões. No mesmo período, a Taxa de Sucesso Judicial da AGU cresceu de 58,7% para 68,8%. O número representa o percentual de vitórias da AGU em ações na Justiça.

Segundo a AGU, o desempenho é fruto de uma série de medidas que vêm sendo implementadas nos últimos anos. Dentre elas, ampliação do investimento em tecnologia da informação e a adoção de diretrizes para atuação dos membros e servidores da instituição, com foco nos resultados nas áreas extrajudicial e judicial, e na disseminação da cultura de conciliação com as partes em processos administrativos e judiciais.

Em 2024, somente a recuperação de créditos tributários de contribuintes inscritos em dívida ativa da União, feita pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), foi de R\$ 58,2 bilhões. A dívida ativa é uma base de dados que contém todos os créditos públicos não pagos e, portanto, devidos por pessoas físicas e jurídicas.

A recuperação de créditos não tributários, no ano passado, ficou em R\$ 11,7 bilhões. Esses valores, ainda preliminares, se referem, por exemplo, à cobrança de multas e débitos com a União.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,8596
Dólar Turismo	R\$ 6,0860
Euro	R\$ 6,3487
Iuan	R\$ 0,7999
Ouro (gr)	R\$ 545,28

ÍNDICES

IGP-M	1,06% (fevereiro)
	0,27% (janeiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Como ter resultados que atendam às expectativas?

Por Pedro Signorelli

Quando pensamos nos resultados que pretendemos atingir após determinado período de trabalho em uma empresa, imaginamos os pontos positivos e como esses resultados vão atender às expectativas de forma geral. No entanto, definir o resultado a ser alcançado é a parte que considero mais fácil; o problema está justamente em traçar as estratégias necessárias para conquistá-los.

Primeiramente, o gestor que estiver encabeçando o processo precisa ter conhecimento prévio e amplo do contexto em que está inserido, principalmente o domínio da ação que está sendo executada naquele momento, se for o caso. Além disso, ele deve estar bem preparado para lidar com as eventuais dificuldades que provavelmente surgirão no meio do caminho e não perder de vista o objetivo de médio/longo prazo.

O ideal é que a liderança traga o time para perto, para que, juntos, possam debater sobre as melhores formas de atingir os resultados que

foram estabelecidos previamente ou até mesmo para que a equipe participe da definição de quais resultados devem ser alcançados e em qual medida. Algumas perguntas essenciais devem ser feitas: todos os integrantes compreenderam o que precisa ser alcançado e realizado? Todos possuem as competências e ferramentas necessárias para executar suas respectivas tarefas?

Estratégias eficazes para atingir resultados, com foco em gestão e OKR

Dependendo dessas respostas, o gestor saberá se pode dar prosseguimento ao processo para atingir os resultados. Ter certeza de que os colaboradores entenderam tudo e que sabem como suas performances impactam o conjunto dos detalhes é essencial, pois, assim, é possível que se engajem cada vez mais, já que estarão trabalhando literalmente por resultados.

Nesse sentido, minha maior recomendação é adotar uma gestão por OKRs – Objectives and Key

Results (Objetivos e Resultados-Chave) –, pois tanto o gestor quanto os colaboradores terão mais clareza e foco para atingir os resultados esperados. Além disso, o trabalho em equipe torna o processo mais motivador, pois cada um tem seu mérito no momento de fazer a engrenagem da empresa girar.

A ferramenta também permite que eventuais erros sejam reconhecidos e identificados com mais facilidade e rapidez, já que incentiva a realização de ajustes frequentes no plano de execução da estratégia. Isso ocorre porque os ciclos são menores e mais curtos, geralmente de três meses. Assim, recalculando a rota e mudando o caminho não é tão doloroso quanto em outras situações.

Colocar essas práticas em ação já vai gerar mais resultados e, para gerar ainda mais, pode ser interessante estabelecer metas desafiadoras, aquelas que dão frio na barriga e nos motivam a entregar o nosso melhor.

Pedro Signorelli é especialista em gestão, com ênfase em OKRs.

Saúde mental no trabalho

Por Alessandra Augusto

Em meus atendimentos, tenho notado cada vez mais pessoas chegando esgotadas, sem energia, com a sensação de estar “no limite”. Muitas vezes, o diagnóstico rapidamente fica claro: síndrome de burnout. Essa condição, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é o esgotamento físico e mental causado pelo estresse crônico no ambiente de trabalho. Por vezes, é como se a pessoa estivesse vivendo em um ciclo sem fim de exaustão, falta de motivação e até mesmo sentimento de incapacidade.

Isso pode acontecer porque o trabalho é onde passamos a maior parte dos nossos dias, buscando cumprir prazos, metas e expectativas, muitas vezes acima do que podemos oferecer. Vivemos em uma cultura que glorifica o excesso de atividades, em que ficar na empresa até tarde, abrir mão de fins de semana e responder e-mails fora do

expediente pode parecer normal. Porém, o custo emocional é alto.

Ao não respeitarmos nossos limites, corremos o risco de transformar o prazer do trabalho em uma fonte de sofrimento. Sinais como insônia, irritabilidade, cansaço extremo e até dores físicas são alarmes que o corpo dá quando algo não está bem.

Como identificar e prevenir o burnout, com equilíbrio e autocuidado

Busque auxílio psicológico para aprender a lidar com o que está sentindo. O tratamento da síndrome de burnout é multidisciplinar e envolve psicoterapia, medicamentos, atividade física, alimentação saudável e apoio social e familiar.

Na sociedade em que vivemos, desconectar pode parecer difícil, mas é essencial para evitar o burnout. Por exemplo, planeje um

tempo para você: pode ser um dia na praia, um piquenique no parque ou até uma viagem curta. Respeite seu corpo e sua mente, e não tenha medo de dizer “não” quando ultrapassar seus limites. É um exercício de autocuidado e autocuidado.

Lembre-se de que cuidar da saúde mental é tão importante quanto cuidar da saúde física. Tenha momentos de descanso; se não puder tirar férias, tente viajar ou fazer um passeio diferente durante o fim de semana. Faça pausas durante o dia para desacelerar a mente.

O equilíbrio é a chave para uma vida mais leve. Caso perceba que está negligenciando esse cuidado, procure ajuda. A saúde mental é o maior presente que você pode dar a si mesmo.

Alessandra Augusto é psicóloga, palestrante, pós-graduada em Terapia Cognitiva Comportamental e Neuropsicopedagogia.

O futuro da publicidade: GenAI é resposta para agências

Por Daniel Deivisson

Certamente um dos temas mais discutidos, estudados e, até certo ponto, temidos dos últimos tempos no mercado de comunicação é o impacto da IA Generativa no negócio das agências como um todo. Desde as rotinas internas sendo revolucionadas, até os superpoderes que os profissionais de marketing podem adquirir ao utilizar ferramentas de IA para tomada de decisão de forma simples e conversacional, tudo está em pauta. As oportunidades e ameaças são reais e vêm de todos os lados.

Sob a ótica do copo meio cheio, o mercado tem investido tempo e esforços em entender de que forma empoderar profissionais de comunicação utilizando todo o potencial da GenAI. Uma resposta óbvia tem sido focar nas tarefas repetitivas, aquelas que tomam tempo, até geram valor, mas não são percebidas do ponto de vista criativo e estratégico. São processos extremamente demorados, limitados e trabalhosos, o que acaba impedindo muitas agências de explorarem todo o potencial das campanhas.

É para sanar dores como essas que as inovações surgem e o mercado aponta para novas tendências atendidas pela IA generativa. Como por exemplo, otimizar o desdobramento de anúncios no Google Ads. Já pensou em poder reduzir em até 95% o tempo e 70% os custos? Soluções como essas são um verdadeiro divisor de águas para as agências que buscam alta performance e eficiência.

A quantidade de formatos já é significativa, somado à diversidade de plataformas, a expansão clara da retail media e a digitalização de mídia OOH. Soma-se isso aos dados recebidos das plataformas, que permitem, em tese, a extrema personalização da peça e potencial aumento da performance da campanha. Afir-

nal, como fazer frente a este novo cenário, otimizar o ROAS se não conseguimos criar anúncios para todos os formatos disponíveis?

É tempo de descobrir como IA generativa pode impulsionar a performance

Acredito que estamos diante de uma revolução no mercado publicitário. As agências precisam se adaptar a essa nova realidade e abraçar a IA generativa como aliada. Não podemos mais perder tempo com processos manuais e repetitivos. Precisamos de soluções que nos permitam focar na criatividade e na estratégia, que são os verdadeiros pilares do nosso trabalho.

Além do desdobramento digital, a IA Generativa também pode ser utilizada em outras áreas da publicidade, como a análise de dados e tomada de decisão pelo profissional de comunicação. É muito mais simples extrair dados e insights de uma campanha de forma conversacional usando uma solução de IA Generativa. As possibilidades são inúmeras e o potencial de transformação é enorme.

Por isso, faço um alerta aos publicitários e profissionais de comunicação em geral: é hora de olharmos para a inteligência artificial generativa com mais atenção. Essa tecnologia não é apenas uma tendência passageira e ameaçadora, mas sim uma ferramenta poderosa que veio para ficar e transformar o futuro da publicidade.

É tempo de esgotar as possibilidades da IA generativa e descobrir como ela pode impulsionar a performance das campanhas e processos internos das agências. O futuro da publicidade está batendo à porta e nós não podemos ficar para trás.

Daniel Deivisson é co-CEO da Begem e fundador da Benext.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Expressões revelam objetivos da China

Investir nas pessoas, inteligência corpórea, empresas gazela, orçamento base zero. Estas são algumas das novas expressões que apareceram pela primeira vez no relatório de trabalho do governo apresentado na terceira sessão da 14ª Assembleia Popular Nacional (APN), inaugurada em 5 de março. As expressões revelam rumos da China:

– Investir nas Pessoas: direcionar recursos financeiros para o desenvolvimento e proteção das pessoas, permitindo que mais resultados das reformas e do desenvolvimento proporcionem benefícios diretos.

– Inteligência Corpórea: refere-se à integração da inteligência artificial em robôs humanoides ou outras entidades físicas, conferindo-lhes a capacidade de compreender, aprender e interagir dinamicamente com o mundo, tal como os seres humanos.

– Empresas Gazela: empresas que, após superarem a fase inicial de startup, se desenvolvem a uma velocidade excepcional em um curto período, com forte capacidade de inovação, seja em tecnologia, modelo de negócio ou organização industrial.

– 6G: em teoria, a velocidade do 6G será mais de 10 vezes superior que a do 5G, com integração profunda em tecnologias como inteligência artificial e percepção inteligente. No futuro, será aplicada em comunicação holográfica, direção autônoma, gêmeos digitais e produção inteligente.

– Orçamento Base Zero: um método de orçamento que parte do zero, sem considerar projetos de orçamento anteriores ou níveis de receita e despesa passados. Ele é elaborado com base nas necessidades reais, sem ser influenciado por alocações anteriores.

– Empresas Unicórnio: geralmente refere-se a empresas com menos de 10 anos de existência, avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão, que possuem tecnologia central exclusiva, vantagens competitivas únicas e alto potencial de mercado, mas que ainda não foram listadas em Bolsa de Valores.

– Boa Casa: uma “boa casa” deve ter quatro características: segurança, baixo carbono, sustentabilidade e inteligência.

A 14ª APN compõe, junto com o 14º Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), as “Duas Sessões” nacionais da China, evento que molda a direção de política do país.

Supermercado desdiz ‘mercado’

Dados do Dieese mostram que a cesta básica teve, em fevereiro de 2025, a maior variação em 12 meses em Fortaleza (13,22%) e a menor em Porto Alegre (queda de 3,4%). A mediana das cidades pesquisadas ficou na casa dos 3%. O tempo médio para adquirir cesta básica caiu de 107 horas e 38 minutos (fevereiro/2024) para 104 horas e 43 minutos (fevereiro/2025), quase 3 horas a menos. Dito de outra forma: a cesta básica consumia 52,9% do salário mínimo líquido em fevereiro/2024, e passou a 51,46% em fevereiro/2025.

Ou seja, os preços no supermercado não estão descontrolados; é melhor o “mercado” arrumar outro bode expiatório para pressionar o governo Lula.

Rápidas

Nesta quinta e sexta, o Shopping Multicenter Itaipu, em parceria com o GSH Banco de Sangue Serum, promove campanha para doação de sangue, das 10h às 18h *** Flávia Muniz Cirilo, que está lançando o livro *Samaime-se: é tempo de pés na terra*, ministrará, até meados de abril, série de 8 oficinas em bibliotecas da rede pública, começando nesta quarta-feira, às 10h, na Biblioteca Annita Porto Martins, no Rio Comprido (RJ).

Tarifas dos EUA: entre o prejuízo e a oportunidade

Apesar de incerteza país pode se beneficiar de rearranjo internacional

Desde sua posse em fevereiro, o presidente dos EUA, Donald Trump, vem anunciando tarifas comerciais sobre os principais parceiros comerciais de seu país, incluindo o Brasil. As medidas podem atingir o agronegócio e a indústria siderúrgica nacionais. Os efeitos das tarifas parecem, de imediato, prejudiciais ao país – mas podem se tornar uma oportunidade de crescimento, a depender da postura que o Brasil adotar.

A avaliação é do consultor legislativo do Senado Fernando Lagares Távora. No início deste ano, ele elaborou um estudo para avaliar os impactos das políticas dos EUA sobre o agronegócio brasileiro. Em “O Segundo Mandato de Trump está começando... E agora, o que o agronegócio brasileiro pode esperar?”, Lagares, que é do Núcleo de Economia da Consultoria Legislativa, avalia o momento como oportunidade para o agronegócio brasileiro expandir ainda mais seus horizontes.

“Se Trump continuar com essa política comercial agressiva contra a China e contra os seus principais aliados, vai ter uma retaliação. Se ocorrer demanda internacional por produtos brasileiros, nós tendemos a nos beneficiar”, analisa o consultor.

É o que parece estar acontecendo nos últimos dias. Em fevereiro, Trump aplicou taxas de 10% em todas as importações chinesas para os EUA. Em março, passou a cobrar um adicional de 10 pontos percentuais, elevando a tarifa a 20% para produtos chineses. Em resposta, a China anunciou a imposição de tarifas de 15% sobre importações de frango, trigo, milho e algodão dos EUA e de 10% sobre outros alimentos, incluindo soja e laticínios. Trump também anunciou tarifas de 25% sobre os produtos importados do Canadá e do México. A medida foi posteriormente adiada em um mês. Em resposta, o Canadá também anunciou tarifas de 25% às mercadorias norte-americanas.

O México, da presidente Claudia Sheinbaum, também prepara retaliações, enquanto aposta no diálogo para demover Trump da guerra comercial. O presidente americano, porém, tem insistido na imposição de tarifas, e resiste mesmo à pressão interna, de empresas norte-americanas que se veem prejudicadas pelas taxações. Nem a possibilidade de uma recessão econômica nos EUA como resultado da nova política tarifária tem afetado o discurso de Trump. Segundo ele, a economia dos EUA passará por um “período de transição”.

Com as tarifas adotadas por Trump, o Brasil pode ampliar ainda mais o comércio com a China e outros possíveis parceiros comerciais. Parceiros em potencial seriam, por exemplo, o México e o Canadá, já em conflito tarifário com os EUA. Essa poderia ser a oportunidade de esses dois países iniciarem negociações com o Mercosul.

É o que defende o senador Confúcio Moura (MDB-RO), que presidia a Comissão de Infraestrutura (CI) até o início deste ano. Para ele, é preciso buscar oportunidades de negócios em outros países do mundo. “O mundo é grande, há muitos países que são potenciais compradores do Brasil também. Mesmo nas crises, conseguimos encontrar alternativas extremamente positivas”, acredita.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Nelsinho Trad (PSD-MS), também avalia que o Brasil deve encarar as novas tarifas americanas como um desafio estratégico. “Medidas protecionistas podem prejudicar setores como o siderúrgico, mas abrir oportunidades para o agronegócio brasileiro expandir sua presença em mercados que busquem alternativas comerciais também.”

O alerta de Trad com a siderurgia não é em vão. Donald Trump anunciou uma taxa de 25% das importações de aço e de alumínio de diversos países, inclusive o Brasil, a partir de 12 de mar-

ço. A resposta do governo brasileiro tem sido buscar a mesa de negociações: na semana passada, o vice-presidente Geraldo Alckmin, que também responde pela pasta do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, reuniu-se com seus pares do governo dos EUA para apresentar argumentos contrários às tarifas, dado que a balança comercial dos dois países é equilibrada e suas economias têm caráter complementar.

O impacto no setor siderúrgico é preocupante, uma vez que os EUA são um dos principais compradores do aço brasileiro. Em 2024, o país comprou mais de 35% da produção brasileira, de acordo com dados do Instituto Aço Brasil.

O senador Humberto Costa (PT-PE) considera correta a decisão do governo brasileiro de não declarar guerra comercial agora contra os norte-americanos. “Num primeiro momento temos que buscar um caminho da negociação. No caso do ferro e do aço, o governo está tentando conversar sobre a possibilidade do estabelecimento de cotas, porque isso não seria uma guerra aberta. Agora, se a proposta do governo Trump for a de taxar os produtos brasileiros indiscriminadamente, aí se trata de uma decisão política e, como tal, tem que ser enfrentada politicamente. Eu acredito que a decisão será de reciprocidade: taxar também produtos americanos no Brasil.”

O Brasil é relevante para os EUA como fornecedor de aço e ferro, mas os americanos, com cerca de um quinto do mercado, são ainda mais importantes para os brasileiros. Diferentemente de outros países, o Brasil exporta majoritariamente um produto intermediário – o aço semiacabado – que passa por etapas adicionais de transformação até se tornar um produto final.

Para o senador Plínio Valério (PSDB-AM), a melhor saída para reverter a situação é o diálogo com os EUA.

“Nós temos o que eles precisam, que é alimento.

Então, a gente tem o que negociar. Acho que bravatas não resolvem isso, o que vai resolver é diálogo. E aí que tem que entrar a diplomacia brasileira. Será que ela está à altura?”

Marislei Nishijima, professora de Economia Internacional da Universidade de São Paulo (USP), concorda que a melhor reação a ser adotada é a de negociação. Ela também alerta que o Brasil tem um poder de barganha econômico inferior ao dos EUA.

“Os EUA são muito poderosos em termos bélicos. Trump está falando em termos econômicos, mas o fato é que a gente tem que ser muito cuidadoso para entrar numa guerra econômica”, declara.

No seu estudo, o consultor Fernando Lagares Távora sugere também outra estratégia para o caso de imposição de tarifas discriminatórias aos produtos brasileiros: os exportadores fazerem parcerias com as empresas compradoras de seus produtos para sensibilização do Parlamento e de setores do governo dos EUA.

“Produtores de açúcar poderiam dialogar com produtores de refrigerantes, biscoitos e outros produtos e, no limite, com os consumidores que poderão vir a enfrentar preços mais severos diante das distorções de comércio. A diplomacia e os interessados, no mesmo dia de uma eventual tarifa distorsiva, já vão atrás de soluções para sua extinção ou melhoria do quadro posto”, propõe o documento.

A conclusão do estudo de Távora reforça que o Brasil pode e deve adotar uma estratégia de “ação diplomática”, além de buscar a parceria com os seus compradores e com os consumidores americanos a fim de sensibilizar os parlamentares do outro país. Deve também se aproveitar da crise para melhorar o volume exportado e obter melhores preços para suas commodities, trabalhando para ampliar o acesso a mercados ao redor do mundo.

Gleisi coloca isenção do IR como prioridade da agenda política

Ao assumir o cargo de ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência (SRI), Gleisi Hoffmann destacou a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil como agenda legislativa prioritária do governo este ano.

Segundo a Agência Brasil, a declaração foi dada

nesta segunda-feira, em concorrida cerimônia no Palácio do Planalto. Gleisi Hoffmann assumiu a pasta, no lugar de Alexandre Padilha, que foi deslocado para o Ministério da Saúde, e que também tomou posse no mesmo evento, sucedendo a Nísia Trindade, que deixou o governo.

“Nosso trabalho conjunto

deve se refletir na consolidação de uma base de apoio estável, já a partir da votação do Orçamento de 2025, para avançarmos na agenda legislativa, essencial e urgente este ano para o povo brasileiro. Desta agenda, quero destacar, por seu sentido transformador, a isenção do Imposto de Renda para os que recebem até R\$ 5 mil. Uma

questão de justiça”, afirmou a ministra.

“Hoje, presidente (Luiz Inácio Lula da Silva), uma professora que ganha R\$ 5 mil paga 27,5% de Imposto de Renda, enquanto cerca de 150 mil pessoas, que ganham muito, pagam menos de 10% de imposto. Essa medida vai ajudar milhões de brasileiros e brasileiras”, acrescentou.

SEU DIREITO

Divergência entre STF e TST eleva reclamações sobre PJs

Por Milian Jeruska

A pejetização é frequentemente vista com reservas e pode ser considerada ilegal se utilizada para mascarar uma relação de emprego. Nesses casos, a Justiça do Trabalho pode reclassificar a relação como vínculo empregatício, obrigando a empresa a pagar todos os direitos trabalhistas retroativos.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), por meio do artigo 3º da CLT, tem orientado a reclassificação de contratos de pejetização como vínculos empregatícios quando há caracterização da relação de emprego, marcada por subordinação, habitualidade, pessoalidade e onerosidade.

A terceirização, por outro lado, foi amplamente legitimada pela Reforma Trabalhista e por decisões do STF, que permitiram a terceirização irrestrita, inclusive para atividades-fim, desde que certos requisitos fossem cumpridos, como a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

Em linhas gerais, o discurso dos ministros do STF bate na tecla de que a legislação trabalhista brasileira já não suporta as transformações do mundo do trabalho e de que a Suprema Corte já tem um entendimento consolidado sobre a constitucionalidade de todo tipo de terceirização. Em suas decisões, também têm invocado o princípio da livre iniciativa e defendido a redução dos custos de contratação para os empregadores.

Já a Justiça do Trabalho, ao obedecer à lei específica trabalhista, trata as duas relações de forma distinta. Uma vez que as alterações trabalhistas permitem, de fato, a possibilidade de prestar serviço em qualquer atividade da empresa, isso não é ilegal, não há discussão, mas não podem estar presentes os requisitos caracterizadores da relação de emprego expostos acima.

As empresas recorrem ao STF contra o reconhecimento de vínculo empregatício com profissionais pejetizados e se baseiam em duas normas estabelecidas pela Corte: a ADPF 324, votada em 2018, e o Tema 725 de Repercussão Geral, de 2020.

No entanto, as regras que caracterizam o vínculo seguem valendo, assim como a proibição de contratação via PJ para casos em que se verifica a existência desses quatro requisitos. Segundo o próprio entendimento do STF, cabe à empresa contratante “responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas”.

É lícito uma empresa contratar outra para a prestação de determinado serviço especializado, mas isso não acontece quando há pejetização, porque não há uma empresa; há uma pessoa que, em tese, virou empresa para ser empregada.

É importante esclarecer ainda que os acórdãos cassados pelo STF trataram do reconhecimento de vínculo empregatício de pessoas ditas hipersuficientes, ou seja, trabalhadores portadores de diploma de ensino superior e que recebem acima de dois tetos da Previdência Social, tendo a Suprema Corte entendido que seriam indivíduos capazes de fazer uma escolha esclarecida acerca de suas contratações.

Isso confirma a importância de estabelecer práticas adotadas pela empresa por meio de um Programa de Compliance que esteja alinhado com a legislação e com as constantes mudanças de entendimento dos Tribunais, fortalecendo a conformidade da empresa e mitigando riscos.

Milian Jeruska Vieira Loureiro é especialista em Direito Trabalhista, advogada do escritório Marcela Guimarães Sociedade de Advogados.

Mercado de brinquedos cresceu 36% em vendas em 4 anos, diz Abring

O mercado de brinquedos no Brasil cresceu cerca de 36% em vendas desde 2020, saltando de R\$ 7,5 milhões para R\$ 10,2 milhões em 2024. Com o consumo per capita de brinquedos em ascensão, o setor registra uma média de 11 unidades por criança ao ano, segundo a Fundação Abring, que destaca como razões para esse crescimento a constante demanda por inovação e renovação dentro da indústria, impulsionada pelo lançamento de produtos, como a inclusão de 43 tipos de brinquedos para crianças com necessidades especiais, e pelo fortalecimento do varejo.

“O setor tem demonstrado uma resiliência impressionante, impulsionada tanto pelo aumento no consumo per capita quanto pela diversificação de produtos. O Brasil tem entre 9 mil e 14 mil nascimentos de crianças por dia, e isso cria um público consumidor constante, que movimenta toda essa cadeia produtiva”, disse o presidente da Fun-

dação Abring, Synésio Batista da Costa.

Ele lembra que, há 30 anos, o setor foi afetado pela invasão de produtos chineses, o que provocou o fechamento de 636 fábricas com 45 mil pessoas demitidas. Atualmente, depois de uma retomada, o setor tem 400 fábricas e 70 mil empregados no país.

Synésio reforçou que o setor de brinquedos precisa renovar de 25% a 30% da frota por ano. Hoje, existem, um total de 4.700 tipos diferentes de brinquedos.

Sobre o preço dos produtos, ele explicou que o setor tem sua própria inflação, que é melhor que a inflação do país.

“A elevação do preço do brinquedo é um pouco mais do que a metade da elevação da inflação do país. Os brinquedos estão nos 27 estados da Federação, inclusive o Distrito Federal. Em qualquer lugar há uma loja, um representante, um revendedor. Mesmo nas cidades em que as famílias são mais humildes, o brinquedo chega, e é possível comprar

um brinquedo a partir de R\$ 10. Toda família vai ter R\$ 10”, disse.

O presidente da Abring avalia que a expectativa de crescimento do setor este ano não é menor do que 4,5%.

Em relação à produção, Synésio se queixa da falta de mão de obra. Segundo ele, há fábricas com oferta vasta de vagas, chegando a 100.

“Porém, não aparece ninguém para trabalhar. Não precisa nem ser qualificado, porque nós qualificamos na fábrica. Tem gente que aparece querendo trabalhar sem carteira assinada e nós não fazemos isso. Mas pretendemos resolver isso. Hoje estou com 7 mil vagas abertas no setor”.

Synésio destacou ainda que o salário de um operário de fábrica varia de R\$ 3.500 a R\$ 7 mil, com todos os benefícios sociais.

Feira

Teve início nesta segunda-feira (10) a Feira Abring, na capital paulista, um encontro estratégico que re-

úne fabricantes, distribuidores e lojistas, além de proporcionar um ambiente propício para a geração de negócios e a troca de conhecimentos sobre tendências e inovações.

Segundo a organização, desde 2020, o evento cresceu 31,6% em número de visitantes e 17,1% em expositores, demonstrando sua relevância para a indústria. Em sua 41ª edição, s visitantes poderão conferir mais de 170 expositores e 1.500 lançamentos distribuídos em uma área de 30 mil metros quadrados.

“Este ano, estamos preparando um evento ainda maior e mais inovador. Vamos trazer experiências diferenciadas e oportunidades concretas de negócios. A Abring tem um papel fundamental no fortalecimento do setor, conectando os diferentes elos da cadeia e antecipando as principais tendências que vão impulsionar o mercado durante os próximos meses”, destacou o presidente da Franca, Fernando Ruas, responsável pela organização.

Percentual de famílias com dívidas em atraso cai em fevereiro

O percentual de famílias em inadimplência recuou pelo terceiro mês seguido em fevereiro, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada nesta segunda-feira pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Mesmo assim, o estudo indica que o endividamento voltou a crescer após duas quedas consecutivas, o que pode indicar que as famílias estão optando por fazer uma nova dívida, com condições e prazos mais vantajosos, a fim de pagar as antigas.

As famílias consideradas endividadas são as que têm contas a pagar no cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa, por

exemplo. Em fevereiro, esse percentual chegou a 76,4%, 0,3 ponto percentual (p.p.) acima do registrado em janeiro e 1,5 p.p. abaixo do verificado em fevereiro do ano passado (77,9%).

Já a inadimplência, que considera as dívidas em atraso, teve um recuo de 0,5 ponto percentual, chegando a 28,6%. O percentual de famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso também permanece com tendência de queda, indo para 12,3%.

Para o presidente do Sistema CNC, Sesc-Senac, José Roberto Tadros, “a taxa média de juros cobrada aos consumidores apresentou recuo. E isso pode estar fazendo com que as famílias se preocupem mais com os juros pagos pelas contas atrasadas. Desse modo, passamos a considerar vantajoso a troca de crédito”.

A pesquisa mostra também que, além de os consumidores terem menos contas atrasadas, o percentual de famílias com dívidas em atraso por mais de 90 dias vem recuando há quatro meses, chegando a 48,2% do total de endividados, o menor indicador desde julho de 2024. Outro dado positivo é que o percentual dos consumidores que têm mais da metade dos rendimentos comprometidos com dívidas também apresentou redução, atingindo 20,5%, o menor percentual desde novembro de 2024.

Endividamento

A Peic indicou também o terceiro aumento seguido do percentual de pessoas que se consideram “muito endividadas”, chegando a 16,1%, o maior nível desde setembro de 2024. A porcentagem da-

quelas que dizem que “não têm dívidas desse tipo” caiu para 23,5%, o que acende um sinal de alerta para a melhora do perfil de endividamento. Essa é uma percepção individual das famílias captada pela pesquisa sobre o que consideram muito ou pouco em termos de endividamento. Ou seja, é um indicador subjetivo e não caracteriza propriamente um superendividamento, mas sim a visão de cada brasileiro sobre o assunto.

“As nossas projeções mostram que o endividamento deve continuar aumentando ao longo deste ano, com as famílias sentindo mais confiança em utilizar o crédito para o consumo e a quitação de dívidas antigas, apesar dos juros. Além disso, a inadimplência deve continuar arrefecendo ao longo de 2025”, avalia Felipe Tavares, economista-chefe da CNC.

Vendas do varejo de SP cresce 9,3% em 2024 e atinge R\$ 1,4 tri

O varejo no Estado de São Paulo fechou 2024 com um desempenho excepcional, com o volume total de vendas alcançando R\$ 1,42 trilhão – alta de 9,3% em comparação a 2023. É o maior faturamento da série histórica iniciada em 2008 e a maior taxa de crescimento desde 2021. Em termos absolutos, esse desempenho

representa R\$ 121 bilhões a mais em receitas em relação ao ano anterior. Os dados são da Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista no Estado de São Paulo (PCCV), realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), a partir de informações da Secretaria da Fazenda do Estado

de São Paulo (Sefaz-SP).

Em dezembro, as vendas do varejo avançaram 7,3% em comparação ao mesmo período de 2023, e também atingiram a maior cifra – R\$ 138,6 bilhões – para um mês desde o início da série histórica. Na visão da Fecomércio-SP, essa performance favorável é reflexo, principalmente, do mercado de trabalho aque-

cido, que resulta em um aumento no contingente de pessoas com capacidade de consumir, além de fatores como expansão do crédito e aumento da renda, que culminaram em uma forte propensão ao consumo no segundo semestre, impulsionada pela Black Friday, pelas compras de final de ano e pela injeção do 13º salário.

Assine o jornal
Monitor
Mercantil
(21) 3849-6444

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6

AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da sociedade à Rua Marquês de Paraná nº 110, Centro, Niterói/RJ, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Niterói, 07 de março de 2025. Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AGO DA ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS DE VILA ISABEL
CNPJ 01.340.951/0001-72

O Diretor Presidente da associação acima em epígrafe, no exercício de suas atribuições convoca todos os seus associados em pleno gozo para participarem da AGO na Rua Visconde de Santa Isabel, N. 20 – Auditório – Vila Isabel/RJ. A ser realizada no dia 25.03.2025. COM 1ª chamada as 14:00 e em 2ª e última chamada as 14:30 com as seguintes ordens do dia: 1ª-Prestação de Contas de 2024; 2ª-Previsão Orçamentária 2025/2026 da ADM e do VTA; 3ª- Eleição da Diretoria do CED e do C. Fiscal; 4ª-Eleição do Diretor do VTA. Vila Isabel (RJ), 10.03.2025. Dir. Presidente: ANTONIO JUCELINO DA SILVA e MAIQUE CASTRO – CRC RJ.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA CONSUCCOOP IMPERIAL COOPERATIVA DE CONSUMO

O Diretor Presidente da **CONSUCCOOP IMPERIAL COOPERATIVA DE CONSUMO**, CNPJ 28.719.022/0001-25, NIRE 334.0005591-8, Inscrição Estadual nº 87.438.589, com sede na Rua Teresa 608, loja 124, Alto da Serra, Petrópolis/RJ, CEP 25625-027, convida o quadro societário para comparecer em modo virtual através de aplicativo Google Meet com link a ser prévia e tempestivamente enviado em 28/03/2025, com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h **ASSEGUANDO TODOS OS DIREITOS PREVISTOS** nos termos do Artigo Art. 43-A da Lei 5,764/71, Artigo 10 da Lei 14.030/2020 e Artigo 1.080-A da Lei 10.406/2002 (Código Civil), para deliberar a seguinte pauta da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025: (1)** A prestação de contas dos órgãos diretos da cooperativa no exercício 2024; **(2)** O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes, caso exista, com todos os relatórios comprobatórios necessários no exercício 2024 e **(3)** Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo depois, para deliberar a pauta da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025, sendo: (1)** Alterações Estatutárias. Petrópolis/RJ, 11 de março de 2025. Roberto Becker – Diretor Presidente – CPF 856.007.337-04.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – COOPROP

A Diretora Presidente da **COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – COOPROP**, CNPJ 29.478.746/0001-97, NIRE 354.0017758-6, Inscrição Estadual nº 454.562.232.110, com sede na Rua Francisco Afonso de Melo, 125, Sala 03, Vila Brás Cubas, Mogi das Cruzes/SP, CEP 08740-310, convida o quadro societário para comparecer em modo virtual através de aplicativo Google Meet com link a ser prévia e tempestivamente enviado em 30/03/2025, com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h **ASSEGUANDO TODOS OS DIREITOS PREVISTOS** nos termos do Artigo Art. 43-A da Lei 5,764/71, Artigo 10 da Lei 14.030/2020 e Artigo 1.080-A da Lei 10.406/2002 (Código Civil), para deliberar a seguinte pauta da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025: (1)** A prestação de contas dos órgãos diretos da cooperativa no exercício 2024; **(2)** O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes, caso exista, com todos os relatórios comprobatórios necessários no exercício 2024 e **(3)** Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo depois, para deliberar a pauta da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025, sendo: (1)** Formação de chapas para candidatura eleição e posse da Diretoria para novo mandato quadrienal 2025 a 2029. Mogi das Cruzes/SP, 11 de março de 2025. Ivana Ferreira do Nascimento – CPF 157.802.338-61 - Diretora Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPERATIVA UNICOOPRO DE CONSUMO DOS PROFISSIONAIS DE VENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Diretor Presidente da **COOPERATIVA UNICOOPRO DE CONSUMO DOS PROFISSIONAIS DE VENDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, CNPJ nº 29.320.446/0001-85, NIRE nº 33.4.0005616-7, Inscrição Estadual nº 11.416.284, com sede na Avenida Alfredo Baltazar 580, loja 116 A, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22790-710, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em modo virtual através de aplicativo Google Meet com link a ser prévia e tempestivamente enviado para todos os associados em 24/03/2025, com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h **ASSEGUANDO TODOS OS DIREITOS PREVISTOS** nos termos do Artigo Art. 43-A da Lei 5,764/71, Artigo 10 da Lei 14.030/2020 e Artigo 1.080-A da Lei 10.406/2002 (Código Civil), para deliberar a seguinte pauta da **SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025: (1)** Formação de chapas para eleição da Diretoria em novo mandato quadrienal 2025 a 2029. Rio de Janeiro/RJ, 11 de março de 2025. Alexandre Azevedo Tavares Ferreira - Diretor Presidente - CPF 074.356.827-30.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COPCONTERERJ COOPERATIVA DE CONSUMO DE TERESÓPOLIS/RJ

O Diretor Presidente da **COPCONTERERJ COOPERATIVA DE CONSUMO DE TERESÓPOLIS/RJ**, CNPJ nº 21.203.405/0001-05, Inscrição estadual nº 11.461.000, NIRE nº 334.0005351-6, com sede na Estrada Francisco da Cruz Nunes 5.982, sala 204, Piratininga, Niterói/RJ, CEP 24350-310, convida o quadro societário para comparecer em modo virtual através de aplicativo Google Meet com link a ser prévia e tempestivamente enviado em 22/03/2025, com primeira chamada as 08:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h **ASSEGUANDO TODOS OS DIREITOS PREVISTOS** nos termos do Artigo Art. 43-A da Lei 5,764/71, Artigo 10 da Lei 14.030/2020 e Artigo 1.080-A da Lei 10.406/2002 (Código Civil), para deliberar a seguinte pauta da **SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025** para deliberar o assuntos (1) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Niterói/RJ, 11 de março de 2025. Almir Mansano - CPF 088.226.568-73 – Diretor Presidente.

COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO DE MOTORISTAS AUTONOMOS DE TAXI ESPECIAL DO RIO DE JANEIRO – COOPERTRAMO
CNPJ 30.042.097/0001-66 / INSC. MUNICIPAL 0133167-1
NIRE nº 334.0000904-5
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) – 25/03/2025
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da **COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO DE MOTORISTAS AUTONOMOS DE TAXI ESPECIAL DO RIO DE JANEIRO – COOPERTRAMO** no uso das prerrogativas que lhe confere o Estatuto Social, convoca os senhores Cooperados a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária - (AGO) a realizar-se em 25 de março de 2025 (terça-feira), na sede da cooperativa, Rua Barros Barreto nº 30, Bonsucesso RJ, em primeira convocação às 12:00 horas com 2/3 de Cooperados, em segunda convocação às 13:00 horas com metade e mais um Cooperado e, em terceira e última convocação às 14:00 horas com um número mínimo de 10 Cooperados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1ª) Prestação de contas do Conselho de Administração, Exercício de 2025, acompanhado do parecer dos Conselhos Fiscais, compreendendo, Balanço, demonstrativo das sobras ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os fundos obrigatórios. 2ª) Eleição dos componentes dos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, conforme calendário divulgado na Sede da Cooperativa. 5ª) Fixação de valor da gratificação de representação para o Conselho de Administração, bem como o da cédula de presença para o Conselheiros Fiscais pelo comparecimento às respectivas reuniões; Para efeito de quorum (45) Cooperados. Rio de Janeiro, 10 de março de 2025. **Alair Silva Gonçalves**
Diretor Presidente

Embraer (EMBR3): resultado do 4T24, preço das ações e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 4T24 da Embraer com Guilherme Cambraia, analista da Trígono Capital.

Como você avalia o resultado da Embraer no 4T24 e em 2024?

O 4T24 da Embraer comprovou a nossa visão otimista na tese, sendo que esse trimestre ficou acima das expectativas do consenso de mercado, até ligeiramente acima dos nossos modelos proprietários. A Embraer entregou uma performance muito sólida em termos de margens e geração de caixa, além de vendas.

Junto com a divulgação do resultado do 4T24, a Embraer também divulgou o guidance para 2025, onde ela aumentou o volume de entrega de aeronaves. De certa forma, esse movimento já era esperado pelo mercado, mas ele tira um risco e mostra que a empresa tem um crescimento, de certa forma, significativo para 2025 e os próximos anos.

Na nossa última entrevista, você havia dito que os números da Embraer ainda estão aquém do seu potencial. Sua opinião segue a mesma?

A minha opinião segue a mesma, já que a Embraer ainda está longe do seu potencial. Para simplificar, eu gosto de separar a Embraer nas suas quatro principais divisões: Aviação Executiva, Serviços de Suporte, Defesa e Segurança e Comercial.

A Divisão de Aviação Executiva vai muito bem, obrigado, já há alguns anos, e a Divisão de Serviços de Suporte também está indo muito bem, com margens bastante saudáveis. A Divisão de Defesa e Segurança e a Divisão Comercial, que são as aeronaves que vemos nos voos regionais pelo Brasil, e também por outros países, estavam com os resultados muito pressionados nos últimos anos devido a condições comerciais adversas, já que elas tiveram que praticar fortes descontos para não perder mercado na pandemia. Além disso, o KC-390, da Divisão de Defesa e Segurança, ainda estava sendo desenvolvido e o seu processo de vendas iniciado. Como a Embraer está preenchendo a sua carteira de pedidos, isso vai diminuir a ociosidade da fábrica ao longo dos resultados.

Outro ponto, que cheguei a comentar na nossa última entrevista, é a questão da cadeia logística de motores. A Embraer ainda está tendo dificuldades, que ainda são reflexo da pandemia, com os fabricantes de mo-

**Guilherme Cambraia**

tores, que não estavam dando conta das entregas em conformidade com as solicitações dos clientes. Isso fez com que as entregas de muitas aeronaves ficassem atrasadas por falta de motores. Essa é uma questão que está sendo melhorada de forma gradativa.

O ano de 2025 ainda não vai ser de normalidade, mas vai ser melhor que 2024, da mesma forma que 2026 vai ser melhor que 2025. A Embraer deve alcançar a normalização, possivelmente, em 2027.

Como você tem visto o desempenho das ações da Embraer?

O desempenho da ação da Embraer descolou da maior parte das ações do Ibovespa, com uma valorização expressiva nos últimos 12, 18 meses. Um ponto interessante é que havia duas forças atuando de uma forma muito intensa sobre a ação da Embraer: um desconto muito forte de múltiplo perante os seus pares, leia-se, principalmente, Airbus e Boeing, e um consenso de mercado muito atrasado com relação aos seus lucros. Em algum momento essa revisão seria feita e quantificada no preço da ação.

O que vimos implícito nessa forte valorização foi que o desconto muito grande que a Embraer tinha para os seus pares internacionais se fechou em grande parte. Ele ainda existe, mas não é mais aquela diferença abissal que existia anteriormente. Daqui para a frente, eu espero mais um carregamento pela evolução dos lucros da empresa.

Como você tem visto a perspectiva da Embraer voltar a pagar dividendos?

Se uma pessoa comentasse esse ponto há um tempo atrás, ela seria chamada de louca e escutaria que a Embraer não iria pagar dividendos tão cedo, mas os resultados recentes corroboram que a Embraer pode sim se tornar uma boa pagadora de dividendos. Isso porque o prejuízo acumulado desde a pandemia vai ser zerado

neste ano, o que vai deixar a Embraer apta a pagar dividendos.

Outra questão: será que o balanço da Embraer permite o pagamento de dividendos? Isso porque é preciso avaliar a possibilidade de não deixar a empresa mais alavancada do que deveria ou comprometer o seu capex. A resposta é sim, pois a Embraer conseguiu fazer um trabalho muito bom de reperfilamento da sua dívida e de geração de caixa.

Claro, se no futuro a Embraer quiser realizar algum investimento maior, como o desenvolvimento de uma nova aeronave ou uma aquisição, isso pode ser revisto, mas nas condições atuais, a companhia tem espaço para ser uma boa pagadora de dividendos.

Como você está vendo as perspectivas da Embraer para 2025?

Nós continuamos otimistas com o case. Por exemplo, como desde a pandemia a Aviação Executiva tem uma demanda muito forte, muito se questionava se essa demanda não iria cair ou se isso seria uma bolha da pandemia, mas, recentemente, esta divisão fechou o maior pedido da sua história. Isso tira o risco, bastante relevante, de que essa vertical pudesse cair por estar superdimensionada. Inclusive, a Embraer anunciou que vai fazer uma ampliação para poder entregar mais jatos executivos.

Na parte de Serviços, que é a vertical que talvez tenha a melhor margem da companhia, nós estamos vendo uma série de notícias positivas relacionadas à ampliação das unidades de manutenção nos Estados Unidos e a entrada em operação da OGMA, a joint venture da Embraer em Portugal. Além disso, como a Embraer incluiu em todas as campanhas de venda das divisões de Aviação Executiva, Aviação Comercial e Defesa e Segurança um pacote de pós-vendas e de manu-

Divulgação Trígono Capital

tenção, isso, naturalmente, vai fazer com que Serviços cresçam junto com o portfólio da Embraer.

Com relação à Defesa e Segurança, essa divisão deve mudar bastante nos próximos anos. Hoje, ela tem capacidade de produzir até 10 aeronaves, simultaneamente, em Gavião Peixoto, mas a sua produção está muito aquém dessa capacidade. Ou seja, a Embraer tem muito espaço para diluir custos fixos à medida em que fechar novos pedidos de aeronaves de defesa.

Por exemplo, a Embraer está negociando um número muito grande de KCs-390 com países da OTAN. Fala-se muito também de Índia e Emirados Árabes, com cada um desses países podendo chegar a 40 KCs. Essas negociações ainda não foram convertidas em pedidos firmes, mas essa divisão tem um potencial de surpresa muito grande para este e os próximos anos.

Com relação à Aviação Comercial, nós esperamos uma melhora na entrega dos motores. Este ano ainda não terá um cenário normalizado, mas vai ser melhor que 2024. Outro efeito positivo para esta divisão está relacionado à safra de vendas feitas no início da pandemia com preços pressionados. À medida que essas aeronaves são entregues e essa safra vai sendo limpa da carteira de pedidos, novas vendas, com margens melhores, vão entrando, o que faz com que a margem da divisão suba de forma natural.

Dessa forma, nós esperamos para este ano um crescimento de receita acompanhado por um crescimento de rentabilidade. Como existe muita expectativa para as campanhas de vendas, principalmente das Divisões de Aviação Comercial e de Defesa e Segurança, existe um risco de upside que só será incorporado aos modelos após a efetivação dos pedidos.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/embraer-embr3-resultado-do-4t24-preco-das-acoes-e-perspectivas

Petrobras: poço descoberto na Colômbia tem 'boa produtividade'

Empresa brasileira opera consórcio com estatal do país vizinho

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira que testes de formação no poço Sirius-2, descoberto no ano passado em águas profundas da Colômbia, comprovaram “boa produtividade”. Ele fica na Bacia de Guajira, no Mar do Caribe, a 31 quilômetros da costa e a 804 metros de profundidade. O reservatório se encontra a 76 quilômetros da cidade de Santa Marta.

De acordo com comunicado da companhia, o teste de formação avaliou um intervalo de aproximadamente 100 metros de reservatório. Além da comprovação de boa produtividade, foram coletadas amostras que serão caracterizadas por meio de análises laboratoriais. “O resultado preliminar do teste reforça o potencial volumétrico para gás na região”, frisou a empresa.

Segundo a Agência Brasil, a Petrobras atua na exploração e produção de

petróleo e gás na Colômbia por meio da subsidiária Petrobras International Braspetro B.V – Sucursal Colômbia (PIB-COL), que opera em consórcio com a estatal de petróleo do país vizinho Ecopetrol. Os colombianos detêm 55,56% do consórcio; os brasileiros, 44,44%. Quando o consórcio anunciou a descoberta do poço, em agosto, a nomenclatura era Uchuva. Somente depois passou a ser conhecido como Sirius.

Bloco exploratório

Além do Sirius-2, as empresas exploram o Sirius-1, poço vizinho que fica no mesmo bloco exploratório. “O consórcio dará continuidade à avaliação dos resultados obtidos com a perfuração dos poços Sirius-1 e Sirius-2, conforme planejamento e previsões contratuais junto à Agência Nacional de Hidrocarburos (ANH)”, informou a Petrobras.

A ANH, vinculada ao Ministério de Minas e Energia da Colômbia, é a agência reguladora do setor de petróleo e gás na Colômbia, similar ao papel que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) exerce no Brasil.

No comunicado desta segunda-feira, a Petrobras afirma que a exploração no bloco marítimo Bacia de Guajira Offshore (GUA-OFF-0) “está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, visando à recomposição das reservas de petróleo e gás por meio de exploração de novas frentes e atuação em parceria, assegurando o atendimento à demanda global de energia durante a transição energética”.

Campo gigante

A região onde está o poço Sirius-2 pode ser entendida como parte da margem equatorial, como afirmou a diretora de Exploração e

Produção da Petrobras, Sylvia Anjos, em 5 de dezembro de 2024. Na ocasião, a estatal informou ter descoberto na região o maior reservatório de gás natural da história do país vizinho. Apesar do grande volume, a estatal brasileira afirmou que o destino da produção seria para o mercado de gás colombiano, devido à grande demanda do país.

A margem equatorial ganhou notoriedade nos últimos anos por ser tratada como nova e promissora fronteira de exploração de petróleo e gás. Descobertas recentes de petróleo nas costas da Guiana, Guiana Francesa e Suriname mostraram o potencial exploratório da região, localizada próxima à linha do Equador.

No Brasil, se estende a partir do Rio Grande do Norte, e segue até o Amapá. A Petrobras tem 16 poços na nova fronteira exploratória, no entanto, só tem autorização do Ibama para

perfurar dois deles, na costa do Rio Grande do Norte.

A exploração é criticada por ambientalistas, preocupados com possíveis danos ambientais. O Ibama negou a licença para outras áreas, como a da Bacia da Foz do Amazonas. A Petrobras pediu ao instituto, ligado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), uma reconsideração e espera uma decisão. A Petrobras insiste que a produção de óleo a partir da margem equatorial é uma decisão estratégica para que o país não tenha que importar petróleo.

Petrobras no mundo

A atuação da estatal brasileira é uma forma de buscar fontes que reforcem as reservas de óleo e gás da empresa. Há menos de um mês, a diretora Sylvia Anjos informou sobre a necessidade de adquirir campos de petróleo em países africanos, principalmente em

Angola, na Namíbia e na África do Sul.

A Petrobras já tem também três blocos exploratórios em São Tomé e Príncipe, na costa ocidental da África.

Na Argentina, por meio da subsidiária Petrobras Operaciones S.A., a companhia detém uma participação de 33,6% no ativo de produção Rio Neuquén. Na Bolívia, produz gás principalmente nos campos de San Alberto e San Antonio, com 35% de participação em cada um desses contratos de operação de serviços, que são operados principalmente para fornecer gás ao Brasil e à Bolívia.

Nos Estados Unidos, a atuação se dá em campos em águas profundas no Golfo do México, com participação de 20% da Petrobras America Inc., formando com a Murphy Exploration & Production Company a joint venture MPGoM.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ: 33.959.065/0001-18
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PLEITO
 Tomamos público, conforme art. 532 § 2º da CLT e edital do dia 04 de Fevereiro de 2025, no jornal Monitor Mercantil, página 04, sessão “Negócios e Empresas”, que no dia 07 de Março de 2025 foi realizada eleição neste órgão de classe. Os eleitos, em chapa única, para comporem os seus quadros de administração e representação, para o período do mandato de 11/04/2025 a 10/04/2028, são os a seguir relacionados: **DIRETORIA-EFETIVA – PRESIDENTE - Jorge de Souza Bichara, 1º DIRETOR SECRETÁRIO - Elisabete Spinelli, 2º DIRETOR SECRETÁRIO - Marluce Medeiros Paes, 1º DIRETOR TESOUREIRO - Edilson Salustiano Alves e 2º TESOUREIRO - Eugênio da Silva; DIRETORIA-SUPLENTE – Ary Alfredo Magalhães Peixoto, Edison Gomes de Souza, Teófilo Pereira de Lima, Gláucio dos Santos Costa e Gerson Rodrigues de Carvalho; CONSELHO FISCAL-EFETIVO – Hugo Leonardo da Costa, Alberto Carlos da Silva Lopes, Francisco Carlos Amaral; CONSELHO FISCAL-SUPLENTE – Igor Alves Almeida, Luna Messina da Silva e Antonio Cesar do Espírito Santo Barboza; DELEGADO REPRESENTANTE JUNTO AO CONSELHO DA CONFEDERAÇÃO-EFETIVO – Elisabete Spinelli e Marluce Medeiros Paes; DELEGADO REPRESENTANTE JUNTO AO CONSELHO DA CONFEDERAÇÃO-SUPLENTE – Francisco Carlos do Amaral e Gerson Rodrigues Carvalho. Os componentes dos aludidos cargos serão empossados no dia 11 de Abril de 2025. Jorge de Souza Bichara – Presidente. Rio de Janeiro, 10 de Março de 2025.**

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.
 CNPJ nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 33.3.0016564-9
AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da sociedade à Rodovia Amaral Peixoto, s/nº, Km 91, Bananeiras, Araruama/RJ, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Araruama, 07 de março de 2025. Rodrigo Assad Macool - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.
 CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4
AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da sociedade à Av. Dr. José Alves de Azevedo, nº 233, Parque Rosário, Campos dos Goytacazes/RJ, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Campos dos Goytacazes, 07 de março de 2025. Giuliano Junho Tinoco - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.
 CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.0016655-6
AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede da sociedade à Rua Dr. Sá Earp, nº 84, Morin, Petrópolis/RJ, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Petrópolis, 07 de março de 2025. João Henrique Tebyriça de Sá - Diretor; Marcio Salles Gomes - Diretor.

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.
 CNPJ nº 02.270.689/0001-08 - NIRE nº 3330016653-0
Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/02/25: Data, Local e Horário: Aos 27/02/25, às 09:00hs (BRT), por tele/videoconferência (Microsoft Teams). **Mesa:** Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar - Secretária. **Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a submissão à aprovação da Assembleia Geral de pagamento de juros sobre o capital próprio (2ª parcela do ano de 2025). **Deliberações:** Os Conselheiros aprovaram por unanimidade e sem ressalvas, a submissão à aprovação da Assembleia Geral de proposta para pagamento de juros sobre o capital próprio (2ª parcela do ano 2025) no valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a ser registrado nas demonstrações financeiras da Companhia em fevereiro/25 e a ser pago em ou antes de 31/03/25. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Francisco José Gea Pascual del Riquelme, Wu Chengliang, José Carlos de Vicente Bravo, Pablo Luis Gay-Ger, Zhang Jianguo, Leonardo Moreira de Paiva Junqueira, Wang Ping, Mariano Benito Zamarriego, Lianhua Zhang e Alejandro José Ponce Bueno. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. RJ, 27/02/25. **Carolina Assano Massocato Escobar** - Secretária. Jucerja nº 6851394 em 06/03/25.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA


Pelo presente edital ficam convocados todos os professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), com exercício do magistério nas Escolas, bem como nos estabelecimentos ou nas instituições de ensino deste segmento no Município do Rio de Janeiro, associados ou não ao Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região – SINPRO-RIO, a comparecerem à Assembleia Setorial Extraordinária que se realizará no dia 22 de março de 2025, às 10h em primeira convocação, e às 10h30 em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na sede do Sinpro-Rio, que fica na Rua Pedro Lessa, nº 35, 2º andar, Centro do Rio de Janeiro, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – aprovar a pauta de reivindicações a ser encaminhada à direção do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (Sinepe-Rio), com vistas à abertura do processo de negociação coletiva para data-base de 2025;
- 2 – deliberar, dentre os itens da pauta, sobre contribuições ao Sindicato, de natureza econômica autorizando o desconto em folha;
- 3 – autorizar a diretoria a promover o processo de negociação coletiva, celebrar convenção coletiva, bem como autorizar a adoção de medidas judiciais para preservação da data-base por meio da instauração de protesto judicial e Dissídio Coletivo, podendo celebrar acordo no Dissídio;
- 4 – discutir e decidir sobre aspectos da campanha salarial e formas de convencimento para o bom desenvolvimento do processo negocial;
- 5 – debater outros assuntos ligados à negociação coletiva correspondentes à data-base.

Esta convocação é feita na forma do Estatuto da entidade, notadamente quanto ao quórum de deliberação e dentro dos termos da Lei 7783 de 28 de junho de 1989 e do Estatuto do Sinpro-Rio.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025

Elson Paiva – Presidente



EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR


Pelo presente edital ficam convocados todos os professores do Ensino Universitário dos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Seropédica e Paracambi, associados ou não ao Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região – SINPRO-RIO, a comparecerem à Assembleia Setorial Extraordinária que se realizará no dia 22 de março de 2025, às 14h em primeira convocação, e às 14h30 em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, na sede do Sinpro-Rio, que fica na Rua Pedro Lessa, nº 35, 2º andar, Centro do Rio de Janeiro, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – aprovar a pauta de reivindicações a ser encaminhada à direção do Sindicato das Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior – SEMERJ, com vistas à abertura do processo de negociação coletiva para data-base de 2025;
- 2 – deliberar, dentre os itens da pauta, sobre contribuições ao Sindicato, de natureza econômica autorizando o desconto em folha;
- 3 – autorizar a diretoria a promover o processo de negociação coletiva, celebrar convenção coletiva, bem como autorizar a adoção de medidas judiciais para preservação da data-base por meio da instauração de protesto judicial e Dissídio Coletivo, podendo celebrar acordo no Dissídio;
- 4 – discutir e decidir sobre aspectos da campanha salarial e formas de convencimento para o bom desenvolvimento do processo negocial;
- 5 – debater outros assuntos ligados à negociação coletiva correspondentes à data-base.

Esta convocação é feita na forma do Estatuto da entidade, notadamente quanto ao quórum de deliberação e dentro dos termos da Lei 7783 de 28 de junho de 1989 e do Estatuto do Sinpro-Rio.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025

Elson Paiva – Presidente



EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PROFESSORES DA CULTURA INGLESA


Pelo presente edital ficam convocados todos os professores da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa S.A., associados ou não ao Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região – SINPRO-RIO, a comparecerem à Assembleia Setorial Extraordinária que se realizará no dia 21 de março de 2025, às 17h30 em primeira convocação, e às 18h em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, por meio virtual, pelo aplicativo 'Zoom', sendo certo que o convite será encaminhado pelo Sinpro-Rio aos professores, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – aprovar a pauta de reivindicações a ser encaminhada à direção do estabelecimento, com vistas à abertura do processo de negociação coletiva para data-base de 2025;
- 2 – deliberar, dentre os itens da pauta, sobre contribuições ao Sindicato, de natureza econômica autorizando o desconto em folha;
- 3 – autorizar a diretoria a promover o processo de negociação coletiva, celebrar acordo coletivo, bem como autorizar a adoção de medidas judiciais para preservação da data-base por meio da instauração de protesto judicial e Dissídio Coletivo, podendo celebrar acordo no Dissídio;
- 4 – discutir e decidir sobre aspectos da campanha salarial e formas de convencimento para o bom desenvolvimento do processo negocial;
- 5 – debater outros assuntos ligados à negociação coletiva correspondentes à data-base.

Esta convocação é feita na forma do Estatuto da entidade, notadamente quanto ao quórum de deliberação e dentro dos termos da Lei 7783 de 28 de junho de 1989 e do Estatuto do Sinpro-Rio.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025

Elson Paiva – Presidente



Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Refinaria Riograndense está produzindo combustíveis com óleo de biomassa

A Refinaria Riograndense (RPR) realizou, com sucesso, o teste de coprocessamento de 5% de óleo de pirólise de biomassa ou bio-óleo (matéria-prima de biomassa não alimentar) com carga mineral, informou a Petrobras nesta segunda-feira. Localizada em Rio Grande (RS), a refinaria tem participação societária da Petrobras, Ultra e Braskem.

A unidade tornou-se a primeira do país em condições de produzir combustíveis com conteúdo celulósico. Com tecnologia desenvolvida pela Petrobras, o teste de coprocessamento ocorreu na unidade de craqueamento catalítico (FCC) da RPR, teve 7 dias de duração e foi concluído em 17 de fevereiro. Uma equipe técnica altamente especializada da Petrobras e da Riograndense acompanhou o planejamento e execução dos procedimentos, dando suporte nas etapas de comissionamento, partida, operação e parada do sistema de fornecimento e injeção do bio-óleo na unidade.

O bio-óleo é um líquido viscoso, de coloração escura, rico em compostos orgânicos. Assim como o

petróleo, precisa de tratamentos adicionais para ser usado em motores ou turbinas. Ao ser coprocessado na unidade de FCC da RPR, foi convertido em diversas frações como gás combustível, GLP e componentes para formulação de gasolina e combustível marítimo com conteúdo renovável.

O craqueamento catalítico é um dos principais processos de conversão utilizados em refinarias de petróleo em todo o mundo, responsável por quebrar moléculas provenientes do petróleo gerando produtos como GLP, gasolina, diesel e insumos para a indústria química. Para a realização do teste, a FCC da RPR passou por adaptações, de modo a viabilizar o processamento concomitante entre bio-óleo e gasóleo proveniente do petróleo. O catalisador empregado é da linha ReNewFCC, produzido pela Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC S.A.), uma joint venture entre a Petrobras e a Ketjen, que atua na produção de catalisadores e aditivos para a indústria de refino.

O bio-óleo usado como matéria-prima do teste

foi fornecido pela empresa Vallourec Unidade Florestal. Seu processo de obtenção foi certificado pelo International Sustainability and Carbon Certification (ISCC) e consiste na condensação de vapores gerados na produção de carvão vegetal de eucalipto, evitando a emissão de gases de efeito estufa.

Em 2023, a RPR foi a primeira do mundo a processar 100% de óleo vegetal em FCC produzindo combustíveis e insumos para a indústria química, como o propano e bioaromáticos (BTX – benzeno, tolueno e xileno), utilizando também tecnologia desenvolvida pela Petrobras.

“O recente teste representa um avanço significativo para o biorrefino global, pois pode viabilizar a transformação de madeira e de outros resíduos agroflorestais, amplamente disponíveis, em derivados típicos do refino de petróleo”, indica a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras, Renata Baruzzi.

“O aspecto inovador desse novo desenvolvimento do Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (CENPES) da Petro-

bras marca a introdução do bio-óleo em um ativo existente de refino, reduzindo a necessidade de investimentos adicionais e abrindo uma nova perspectiva na transição energética e geração de valor para a indústria brasileira”, afirma o diretor de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França.

As iniciativas fazem parte do Programa BioRefino da Petrobras que prevê investimentos de US\$ 1,5 bilhão no horizonte do Plano de Negócios 2025-29. O teste de coprocessamento na RPR foi realizado de acordo com as cláusulas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) que regulam recursos destinados a projetos de inovação por empresas de óleo e gás.

O teste com conteúdo celulósico é uma das iniciativas para a conversão, nos próximos anos, da refinaria. “Em linha com nosso compromisso de liderar uma transição energética justa no Brasil, transformaremos a Refinaria Riograndense na primeira refinaria do mundo a fabricar produtos 100% renováveis.

Fusões e aquisições de consumo e varejo recuaram 8%

Em 2024, as expectativas eram de um ano de crescimento em fusões e aquisições de consumo e varejo. Houve uma expansão positiva nos nove primeiros meses do ano, mas no último trimestre a trajetória foi de queda.

O Brasil registrou 128 fusões e aquisições de empresas de Consumo e Varejo no ano de 2024, uma leve queda de 8% na comparação com 2023, quando 139 transações desse tipo foram realizadas nesse setor. Os dados constam na tradicional pesquisa da KPMG sobre o assunto, realizada com empresas de 43 setores da economia brasileira.

“Nossas expectativas quanto a um aumento no número de transações em 2024 acabaram não se concretizando. Nos primeiros 9 meses de 2024, tivemos um aumento de 25% no número de transações comparado com 2023, mas tivemos uma desaceleração no

último trimestre, o que levou o número anual a ficar abaixo do volume ocorrido em 2023”, contextualiza Fernando Gambôa, sócio líder de Consumo e Varejo da KPMG no Brasil e na América do Sul.

Ele afirma que o aumento dos juros, cenário econômico e incertezas em termos de política externa relacionados com as eleições nos Estados Unidos contribuíram para esse resultado.

A segmentação da quantidade de operações, em 2024, foi a seguinte: alimentos, bebidas e fumo (46); vestuário e calçados (5); hotéis e restaurantes (22); lojas de varejo (21); supermercados (12); shoppings centers (11); e embalagens (5).

Em 2023, alimentos, bebidas e fumo (47); vestuário e calçados (8); hotéis e restaurantes (12); lojas de varejo (19); supermercados (27); shoppings centers (17); e embalagens (15).

EDITAL DE REGISTRO DE CHAPAS - ELEIÇÃO NO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO 2025/2029

Pelo presente Edital, conforme previsto no Estatuto e no Regimento Eleitoral, Art. 14, c, todos os associados do SEEB Rio, ficam cientes que não foram apresentadas impugnações à chapa divulgada no Edital publicado no dia 28/02/2025. Portanto, a Chapa 1 – UNIDADE NA LUTA, será a única chapa que concorrerá à Eleição para renovação dos cargos da Diretoria Plena, Diretoria Executiva e dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal do mandato de 2025 a 2029, a ser realizada entre os dias 07/04/2025 e 11/04/2025 por meios virtuais. Os candidatos que compõem a chapa homologada, são os seguintes: **RELAÇÃO DOS CANDIDATOS DA CHAPA 1(UM) – UNIDADE NA LUTA**
Diretoria executiva PRESIDENTE – JOSÉ FERREIRA PINTO - CAIXA / VICE PRESIDENTE - KATIA LUCIMAR ROCHA BRANCO LOPES - ITAU / SECRETARIA GERAL – CLEYDE REIS MAGNO - SANTANDER / ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO – ROGERIO DA COSTA CAMPANATE - CAIXA / TESOURARIA – JORGE LOURENÇO MARTINS - ITAU / SEGUNDA TESOURARIA – MARIA IZABEL CAVALCANTE MENEZES - ITAU / COMUNICAÇÃO E IMPRENSA – VERA LUIZA XAVIER FERREIRA - ITAU / DINAMIZAÇÃO DE TRABALHO DE BASE – RONALDO FERNANDES DE CARVALHO- BRADESCO / POLITICAS SOCIAIS – CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA LIMA - CAIXA / BANCOS PRIVADOS – ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS - ITAU / FORMAÇÃO – SERGIO WILSON LIMA DE AMORIM - CAIXA / BANCOS PÚBLICOS – ALEXANDRE DE SOUZA E SILVA BATISTA - BB / CULTURAL, ESPORTES E LAZER – GILBERTO LEAL DOS SANTOS JUNIOR - ITAU / ASSUNTOS JURÍDICOS – DENIA CRISTINA DE JESUS FARIA ALMEIDA - ITAU / ATENÇÃO A SAÚDE – EDELSON TEIXEIRA DE FIGUEIREDO - ITAU / MEIO AMBIENTE – MARIA APARECIDA SOUZA DA CRUZ - ITAU / RAMO FINANCEIRO – JULIO CESAR FERREIRA DE CASTRO - BB
Conselho Fiscal EFETIVOS: JORGE GERALDO PALERMO FERRAZ - BRADESCO / NANI FURTADO DE A. M. PASCOAL - BRADESCO / THIAGO SANT'ANNA MARTINS - ITAU / SUPLENTE: ALEXANDRE COELHO - ITAU / GLEIDE ALMEIDA DA ROCHA – BCO DO BRASIL / MARIANA TURL MACHADO – SANTANDER
Diretoria Plena ADRIANO CAMPOS RODRIGUES – ITAU / ADRIANO MENDES GARCIA - SANTANDER / ALBERTO EDUARDO CHAGAS BULHOES – BCO DO BRASIL / ALEX SANDRO DOS SANTOS - ITAU / ALEXANDER ALVES DE OLIVEIRA - ITAU / ANDRE DA CUNHA PIRES - ITAU / ANDREIA DE OLIVEIRA SÃO PEDRO - BRADESCO / ARLESEN TADEU SOARES DOS SANTOS - BRADESCO / ARNALDO MALAQUIAS DO NASCIMENTO - SANTANDER / BRUNO NOGUEIRA ALEXANDRE - BRADESCO / CARLA FABIANA DE CASTRO GUIMARAES - CAIXA / CARLOS ALBERTO ZANI- FINEP / CARLOS ANTONIO DA SILVA - BRADESCO / CELSO FERREIRA DE SOUZA - ITAU / CRISTINA DIAS DA SILVA COELHO - BRADESCO / DANIELLE PEREIRA DA COSTA - ITAU / DENIO VICENTE DE SÁ - ITAU / DENYS ALCANTARA MOREIRA - BRADESCO / EDISON BATISTA DA SILVA - ITAU / ELAINE CRISTINA DE SOUZA - CAIXA / GABRIEL NUNES PEIXOTO - BRADESCO / GRAZIELLE REZENDE FERREIRA MENDES - SANTANDER / HERBERT CHRISTIAN DA COSTA CORREA - BRADESCO / JORGE ANDRÉ V. MAGALHAES – BCO DO BRASIL / JOSE ANTONIO PINHEIRO SOBRINHO - ITAU / JOSENILDA ARAUJO DE JESUS - ITAU / JULIO CESAR DA SILVA CANDIDO - CAIXA / LAERCIO PEREIRA - ITAU / LEONARDO LOPES LIMA - CAIXA / LEUVER LUDOLFF - BRADESCO / LUCIANA MARIA DE MELO LESTAYO - ITAU / LUCIANA VIEIRA BELEM – BCO DO BRASIL / LUCIANO GONÇALVES DO ROSARIO - BRADESCO / LUIS CARLOS DE OLIVEIRA - ITAU / LUIZ CARLOS DA SILVA HALM - BRADESCO / MARCELLO LUIS CESAR DA SILVA - BRADESCO / MARCELO RODRIGUES - CAIXA / MARCELO RODRIGUES DA SILVA - BRADESCO / MARCO ANTONIO RODRIGUES FIGUEIRÓ - ITAU / MARCOS ANTONIO DE SOUZA VICENTE - SANTANDER / MARCOS ARTHUR MENEZES MEDABER - ITAU / MARCOS VIANNA RIBEIRO - BRADESCO / MARCOS ROSA SILVA ANTONIO – BCO DO BRASIL / MARGARETH COSTA DE MOURA - ITAU / MARIA DE FATIMA B DE A GUIMARAES - SANTANDER / MARIO MARCIO DA SILVA LOPES - BRADESCO / MILTON ANTONIO SOARES DA SILVA - ITAU / MONICA CRISTINA MOTA MAIA - BRADESCO / NILO CASANOVA GOMES - BRADESCO / NOEMI VALENÇA - SANTANDER / PAULO ALVES DE MENESES - BRADESCO / PAULO CESAR DE ALMEIDA PESSANHA - BRADESCO / PAULO JORGE SALGUEIRO BARATA - ITAU / RENATO SOARES HIGINO - ITAU / RICARDO CASEMIRO DUCOFF - BRADESCO / RITA DE CASSIA DE OLIVEIRA MOTA – BCO DO BRASIL / ROBERTO ANDRE DA SILVA GOMES – BCO DO BRASIL / RODRIGO OLIVEIRA RIPARDO - SANTANDER / RONALD SAMPAIO CARVALHOSA - ITAU / ROSILANE ESMERINO DE SOUSA SILVA - ITAU / SELMA LOPES DA CUNHA - ITAU / SERGIO GRAMATICO JUNIOR – BCO DO BRASIL / SERGIO RICARDO DA CUNHA BENTO - BRADESCO / SERGIO XAVIER DE MENEZES - BRADESCO / SONIAEYWARD - CAIXA / TANIA CRISTINA PEREIRA BELEM - SANTANDER / TATIANA GOMES PRESTES - ITAU / WANDERLEI SOUZA FERREIRA - BRADESCO / WILSON MARCOS TEIXEIRA - SANTANDER. Rio de Janeiro, 11 de março de 2025.
Fernanda Duclos Carisio
Presidenta da Comissão Eleitoral SEEB Rio Eleições 2025/2029

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NEGOCIAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA 2025/2026 – BASE NITERÓI CONVOCAÇÃO

O Presidente do SIMPERJ – Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Produtos Químicos, Farmacêuticos e Material Plástico de Aperibé/RJ, Bom Jardim/RJ, Cachoeiras de Macacu/RJ, Cantagalo/RJ, Carmo/RJ, Cordeiro/RJ, Duas Barras/RJ, Guapimirim/RJ, Itaocara/RJ, Macuco/RJ, Maricá/RJ, Niterói/RJ, Santa Maria Madalena/RJ, São José do Vale do Rio Preto/RJ, Silva Jardim/RJ, Rio Bonito/RJ, Teresópolis/RJ, São Sebastião do Alto/RJ, Sumidouro/RJ, Teresópolis/RJ e Trajano de Moraes/RJ. – cumprindo disposições estatutárias, convocam as Indústrias de Material Plástico sediadas na base territorial de Niterói para a negociação da convenção coletiva, no próximo dia 14 de março de 2025, 6ª. feira, às 10hs com empresários e as 11:00hs com o sindicato dos trabalhadores, pela plataforma ZOOM, para tomarem ciência da Pauta de Reivindicações 2025/2026, constituírem e concederem poderes à Comissão de Negociação, com estabelecimento de parâmetros, para conduzir todo o processo de negociação com o Sindicato dos Trabalhadores, **SINDITRAQUIFAR**, até a instauração de Dissídio, se necessário. Rio de Janeiro, 10 de março de 2025.
RONALDO CASTILHO THOMAZ – Presidente

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NEGOCIAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA 2025/2026 – BASE SÃO GONÇALO CONVOCAÇÃO

O Presidente do SIMPERJ – Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro e o Presidente da SINDIPETROQUÍMICOS – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Material Plástico, Resinas Sintéticas, Laminados de Vidro, Petroquímicas, Tinta e Verniz, Produtos Médicos Hospitalares e Odontológicos dos municípios de Itaboraí, São Gonçalo, Tanguá, Saquarema, Araruama, Iguaçu Grande, São Pedro da Aldeia, Armação de Búzios e Cabo Frio – cumprindo disposições estatutárias, convocam as Indústrias de Material Plástico sediadas na base territorial de São Gonçalo para a negociação da convenção coletiva no próximo dia 13 de março de 2025, 5ª. feira, às 10:00 horas com empresários e as 11:00 horas com o sindicato dos trabalhadores, por Zoom, para tomarem ciência da Pauta de Reivindicações 2025/2026, constituírem e concederem poderes à Comissão de Negociação, com estabelecimento de parâmetros, para conduzir todo o processo de negociação com o Sindicato dos Trabalhadores, **SINDIPETROQUÍMICOS**, até a instauração de Dissídio, se necessário. Rio de Janeiro, 10 de março de 2025.
RONALDO CASTILHO THOMAZ – Presidente

SAMOC S/A SOCIEDADE ASSISTENCIAL MÉDICA E ODONTO CIRÚRGICA CNPJ Nº 33721226/0001-30 - NIRE: 33300135740

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: FICAM OS Srs. Acionistas convocados para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/AGE, a ser realizado no dia 20 de março de 2025 às 14:00h em 1ª Convocação deverá conter quórum mínimo de 2/3 do capital votante na Rua Silvío Romero, nº 44, 5º Andar, Santa Teresa - Rio de Janeiro - em cumprimento ao art. 132 da Lei nº 6404/76 alterada pela Lei nº 10.303/2001, para deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **a)** Prestação e Aprovação das contas dos exercícios financeiros 2023 e 2024; **b)** Eleição da diretoria para o mandato relativo ao biênio 2025/2027 e fixação de pró-labore; **c)** Aprovação da alteração do endereço da filial SAMOC S/A - CNPJ nº 33.721.226/0015-36 da Rua José Francisco de Souza Porto nº 436, Loja A, Campo Grande, para à Av. Armando Lombardi nº 350 Lojas 114, 115 e 116 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro, passando essa a ter como atividade a de prestação de serviços médicos ambulatoriais, exames e coletas; **d)** E outros assuntos de interesse da sociedade. Informamos a todos que os balanços dos exercícios 2023 e 2024 foram publicados no Jornal Monitor Mercantil, no dia 06.03.2025 estando as informações à disposição dos acionistas também no setor contábil, Rua Silvío Romero nº 29, Santa Teresa, das 10:00h às 17:00h - José Roberto Scaf - Diretor Administrador.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da COOPERATIVA NORTE SHOPPING DE TRANSPORTES LTDA, no uso de suas atribuições, convoca todos os cooperados em dia com suas obrigações sociais, para reunirem-se em A.G.O. No dia 26.03.25, na sua sede social. RUA: JOSÉ DOS REIS, 1680, Sobrado, Inhaúma/RJ. Com 1a convocação às 8:00h C/Presença mínima de 2/3 de cooperados, 2a às 9:00h C/Presença mínima de 1/2 +1 em 3a e última às 10:00h, C/Mínimo de 10 cooperados, para deliberarem as seguintes ordens do dia: 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2024; 2. PARECER DO CONSELHO FISCAL; 3. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS FISCAIS E DE ÉTICA E DISCIPLINA; 4. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA Biênio 2025/2027. RJ, 10.03.2025.
CARLOS EDUARDO VIEIRA - Diretor Presidente.

TELESPAZIO BRASIL S.A. CNPJ nº 02.214.014/0001-33 NIRE 33.3.0016636-0

Assembleia Geral Ordinária - Primeira Convocação
O Presidente do Conselho de Administração da TELESPAZIO BRASIL S.A. convoca os Senhores Acionistas para se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 17 de abril de 2025, às 10h, na sede da Companhia, situada na Av. Rio Branco, 1/1803, CEP 20090-003, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício. Comunicamos que se encontram à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76. Jean Marc Gardin - Presidente do Conselho de Administração.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro nos termos do estatuto da entidade e conforme a legislação vigente, convoca todos seus associados adimplentes para participarem de Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia vinte de março de 2025, às 18:30h em primeira convocação, com o quórum estatutário, e às 19h em segunda convocação, com qualquer número de presenças, conforme previsto no artigo 8º, III e VI da Constituição Federal e de acordo com os Estatutos das Entidades Sindicais, de forma presencial no auditório da entidade sindical situada na Rua Evaristo da Veiga, 16, 17º andar, Cinelândia, Centro, município do Rio de Janeiro para a votação da seguinte pauta: 1) Apresentação para aprovação ou não do balanço financeiro do sindicato relativo ao ano de 2024; 2) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

Verginia Dirami Berriel
Diretora de Administração do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROFESSORES DA ALIANÇA FRANCESA

Pelo presente edital ficam convocados todos os professores da Associação de Cultura Franco-Brasileira Alliance Française RJ, associados ou não ao Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região – SINPRO-RIO, a comparecerem à Assembleia Setorial Extraordinária que se realizará no dia 22 de março de 2025, às 13h em primeira convocação, e às 13h30 em segunda e última convocação, com qualquer número de presenças, na sede do Sinpro-Rio, que fica na Rua Pedro Lessa, nº 35, 3º andar, Centro do Rio de Janeiro, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1 – aprovar a pauta de reivindicações a ser encaminhada à direção da Alliance Française, com vistas à abertura do processo de negociação coletiva para data-base de 2025;

2 – deliberar, dentre os itens da pauta, sobre contribuições ao Sindicato, de natureza econômica autorizando o desconto em folha;

3 – autorizar a diretoria a promover o processo de negociação coletiva, celebrar acordo coletivo, bem como autorizar a adoção de medidas judiciais para preservação da data-base por meio da instauração de protesto judicial e Dissídio Coletivo, podendo celebrar acordo no Dissídio;

4 – discutir e decidir sobre aspectos da campanha salarial e formas de convencimento para o bom desenvolvimento do processo negocial;

5 – debater outros assuntos ligados à negociação coletiva correspondentes à data-base;

Esta convocação é feita na forma do Estatuto da entidade, notadamente quanto ao quórum de deliberação e dentro dos termos da Lei 7783 de 28 de junho de 1989 e do Estatuto do Sinpro-Rio.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025

Eelson Paiva – Presidente

SinproRio
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região

Oferta pública de ações ordinárias da Caixa Seguridade

Pedido foi protocolado na CVM

A Caixa Econômica Federal protocolou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro automático de oferta pública de distribuição secundária de 82.500.000 (oitenta e dois milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (Ações), de emissão da Caixa Seguridade Participações S.A.. A Caixa é acionista controladora da Caixa Seguridade

O banco público divulgou no domingo (9) uma nota, em seu site, comunicando à sociedade brasileira, aos seus clientes e empregados, e ao mercado em geral que, em continuidade

aos fatos relevantes divulgados em 28 de março, 16 de outubro e 26 de dezembro de 2024 e 04 de fevereiro de 2025, sobre a oferta. Porém, não precisou uma data.

O que é certo é que a oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de Itaú BBA Assessoria Financeira S.A., na qualidade de instituição intermediária líder, Caixa, BTG Pactual, Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A e UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e, em conjunto com o Coordenador Líder, Caixa, BTG Pactual e Bank of America, os coordenadores da oferta

Segundo o banco, si-

multaneamente, no âmbito da oferta, serão realizados esforços de colocação das ações no exterior, pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., BTG Pactual US Capital, LLC, BofA Securities, Inc. e UBS Securities LLC e suas respectivas afiliadas (em conjunto, “Agentes de Colocação Internacional”) sendo (a) nos Estados Unidos, a pessoas que se acredite razoavelmente serem investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), conforme definidos na Rule 144A, nos termos da U.S. Securities Act of 1933, conforme alterada (“Securities Act”), promulgada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América (SEC), em relação

a isenções de registro, conforme previsto na Securities Act; e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para os investidores que não sejam considerados U.S.

“Nenhum valor mobiliário da Caixa Seguridade poderá ser ofertado ou vendido nos Estados Unidos da América sem que haja registro ou isenção de registro nos termos do U.S. Securities Act, conforme alterado”, assinalou na nota Luiz Felipe Figueiredo de Andrade, diretor de Finanças e Relações com Investidores da Caixa Econômica Federal.

Produtora Conspiração terá financiamento de R\$ 32 milhões do BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinará financiamento de R\$ 32 milhões ao plano de negócios da produtora Conspiração. O financiamento representa a retomada do apoio do Banco ao setor audiovisual, no âmbito do programa BNDES FSA Audiovisual, criado em parceria do BNDES com a Agência Nacional do Cinema (Ancine) com o Ministério da Cultura.

O valor prevê o financiamento ao desenvolvimento, produção, comercialização e internacionalização de obras audiovisuais, além de investimentos em infraestrutura, com aquisição de equipamentos para melhorar os processos de produção e pós-produção.

“Diferente de governos anteriores, que abandonaram o audiovisual nacional, o BNDES, no âmbito da Nova Indústria Brasil, trata esse setor

como uma das prioridades e volta a apoiá-lo diretamente, exercendo o seu papel de estimular o desenvolvimento e a cultura no país”, explica o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do Banco, José Luís Gordon.

A Conspiração é a maior produtora independente da América Latina e já participou dos mais importantes festivais do mundo, como Cannes, Berlim, Veneza, Toronto e foi responsável pelos sucessos de bilheteria Vai Que Cola e 2 Filhos de Francisco. Atualmente a produtora trabalha em títulos como Vitória, Detetives do Prédio Azul 4 – O Fantástico Reino de Ondion, Velhos Bandidos, Samu e Baixo Pressão no México. Fundada em 1991, a Conspiração cria e produz conteúdo para cinema, publicidade, TV, Branded Content, serviços digitais e streaming, mídias sociais.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
CNPJ/MEN nº 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5
Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. acionistas da PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a ser realizada em 02 de abril de 2025, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem acerca das matérias previstas na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia em 26 de fevereiro de 2025, conforme abaixo: (i) ratificar a nomeação da TASK - Contadores, Auditores & Consultores S/S, empresa especializada para fins do artigo 8º e § 3º do artigo 227 todos da Lei 6.404/76, para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio da Semar Inspeções Ltda. (“SEMAR”), controlada pela Companhia, para fins de incorporação; (ii) aprovar o laudo de avaliação dos patrimônios da Semar Inspeções Ltda. (“SEMAR”) para fins de incorporação pela Companhia, conforme Proposta da Administração; (iii) aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Semar Inspeções Ltda. (“SEMAR”) pela Companhia, conforme Proposta da Administração; (iv) aprovar a incorporação da Semar Inspeções Ltda. (“SEMAR”), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação; (v) autorizar os administradores da Companhia para a prática dos atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. Informações Gerais: Os acionistas encontrarão o Manual do Acionista para a AGE e os demais documentos e informações obrigatórias, conforme previsto na Lei n.º 6.404/1976 e na Resolução CVM n.º 81/2022, que são necessárias para melhor entendimento da matéria acima, disponíveis no escritório da Companhia, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, no seu site (<https://www.ri.priner.com.br/>) e nos sites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (http://www.b3.com.br/pt_br/). Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGE presencialmente, munidos de documento de identidade com foto, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante artigo 126 da Lei 6.404/76 e Manual do Acionista para a AGE. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76. Os acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando, nesse caso, o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, a notificação e consularização de procurações, bem como a tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior lavradas ou traduzidas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Para fins de melhor organização da AGE, a Companhia solicita, nos termos do artigo 8º do estatuto social da Companhia, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na AGE com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores por meio do e-mail: ri@priner.com.br. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da AGE ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da AGE, conforme o disposto no artigo 6º, § 2º, da Resolução CVM n.º 81/2022. Ademais, em conformidade com a Resolução CVM n.º 204, de 4 de junho de 2024, que altera a Resolução CVM n.º 81/22, informamos aos acionistas que o exercício do direito de voto na Assembleia Geral poderão ser realizados a distância, por meio do Boletim de Voto a Distância (BVD). O acionista que desejar votar na AGE por meio do sistema de votação a distância, nos termos da CVM n.º 204/24, deverá enviar o boletim de voto a distância por meio de um dos seguintes caminhos: a) ao seu respectivo agente de custódia; b) ao banco escriturador das ações; c) diretamente para a Companhia, através da plataforma Atlas AGM (<https://atlasagm.com/>); ou d) por meio do depositário central através do canal B3 Investidor, conforme as orientações constantes no Manual de Acionistas para a AGE e no próprio boletim. Para mais informações sobre os procedimentos de participação e votação a distância, consulte o Manual da Assembleia ou entre em contato com nossa equipe de Relações com Investidores.

Pedro Henrique Chermont de Miranda
Presidente do Conselho de Administração

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.
CNPJ/MF nº 09.114.805/0001-30 - NIRE. 333.0031011-8
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA OCEANPACT
SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A. A SER REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2025
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da OceanPact Serviços Marítimos S.A. (“Companhia”) convoca os senhores acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em 10 de abril de 2025, às 14 horas, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“AGO/E”), a ser realizada de forma exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar o Segundo Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia. **Informações Gerais:** a) Em atenção ao artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”), as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram publicadas no dia 27 de fevereiro de 2025, no Jornal Monitor Mercantil, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, em seu endereço eletrônico (ri.oceanpact.com), bem como nos endereços eletrônicos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (gov.br/cvm). Também se encontram disponíveis nestes endereços eletrônicos os documentos exigidos pela Resolução CVM nº 81/22, bem como todos os demais documentos referentes à AGO/E, incluindo o Manual de Participação. b) A instalação da AGO/E em primeira convocação observará o quórum legal previsto no art. 125 da LSA. Em segunda convocação, a AGO/E poderá ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas. c) Os acionistas poderão participar da AGO/E por meio de sistema eletrônico ou por meio do Boletim de Voto a Distância, nos termos descritos abaixo e conforme instruções detalhadas contidas no Manual de Participação (e, no caso da participação via boletim de voto, também no próprio boletim): **i) Participação por meio de sistema eletrônico.** Os acionistas que desejarem participar da AGO/E por meio eletrônico deverão realizar o seu credenciamento na AGO/E por meio do link <https://atlasagm.com>, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da AGO/E, (ou seja, imprevisivelmente até o dia 8 de abril de 2025), com o envio da seguinte documentação do acionista: (a) no caso de pessoa física, documento de identidade com foto e, no caso de pessoa jurídica ou fundo de investimento, atos societários e demais documentos que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade do respectivo representante; e (b) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central. Caso o acionista deseje ser representado na AGO/E por meio de procurador, deverá enviar, em conjunto com os documentos mencionados anteriormente (no mesmo prazo e pelos mesmos meios), o respectivo instrumento de mandato acompanhado do documento de identidade de seu(s) procurador(es) que o representará(ão) na AGO/E. Os acionistas que tenham realizado o seu credenciamento no prazo e nas condições acima receberão oportunamente as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO/E. O acionista devidamente cadastrado que participar da AGO/E por meio do sistema eletrônico será considerado presente à AGO/E (podendo exercer seus respectivos direitos de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos do art. 47, III e § 1º da Resolução CVM nº 81/22. Na hipótese de o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receber as instruções para acesso e participação da AGO/E até as 15 horas (horário de Brasília) do dia 9 de abril de 2025, este deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@oceanpact.com ou pelo telefone +55 (21) 3032-6749 – em qualquer cenário, antes das 11 horas do dia 10 de abril de 2025 – a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso. **ii) Participação via boletim de voto a distância.** Os acionistas podem enviar seus boletins de voto a distância: (a) por meio de seus respectivos agentes de custódia; (b) por meio do escriturador das ações da Companhia; (c) por meio do depositário central; ou (d) diretamente à Companhia, conforme orientações e prazos descritos no próprio boletim, na Resolução CVM nº 81/22 e no Manual de Participação da AGO/E. O boletim de voto a distância, quando enviado diretamente à Companhia, deverá ser acompanhado de toda a documentação do acionista para participação na AGO/E (conforme detalhada no item “c.” acima) e de quaisquer outras indicadas no próprio boletim, e recebido pela Companhia exclusivamente por meio de seu respectivo upload na plataforma eletrônica <https://atlasagm.com>, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, até 4 (quatro) dias antes da data de realização da AGO/E, ou seja, até 6 de abril de 2025 (inclusive). De acordo com o art. 27 da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia estabelece que o sistema eletrônico será o único meio de envio de boletim diretamente à Companhia, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail, e que a Companhia os receberá até o final do dia 6 de abril de 2025. Os boletins de voto recebidos após o referido prazo serão desconsiderados, independentemente da data em que tenham sido remetidos. A Companhia esclarece que optou por realizar a AGO/E de forma exclusivamente digital visando a facilitar a participação dos acionistas, independentemente de sua localização geográfica, garantindo maior comodidade e acessibilidade. Essa modalidade busca otimizar a condução dos trabalhos, melhorar a eficiência na deliberação das matérias e reduzir custos operacionais, sobretudo relacionados a deslocamentos e organização de assembleias presenciais. Nos termos do art. 5º da RCVN nº 81/2022, a Companhia informa que é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto solicitar a instalação do Conselho Fiscal (art. 161 da Lei 6.404/1976, combinado com o art. 4º da Resolução CVM 70/2022). Eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site da Companhia (ri.oceanpact.com), ou por intermédio do endereço eletrônico ri@oceanpact.com.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2025.

Luís Antonio Gomes Araujo - Presidente do Conselho de Administração

Banco do Brasil apresenta

Música no Museu

Concertos de Verão

Janeiro
Fevereiro
Março
2025

Realização

Apoio Cultural

CARPEX

Sesc

Monitor Mercantil

CCBB

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO


ENEL TRADING BRASIL S.A.
 CNPJ/MF nº 30.248.458/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Trading Brasil S.A. (ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **1 PERFIL*:** A Enel Trading Brasil S.A. (“Companhia” ou “Enel Trading”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 501, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objetivo a comercialização, promoção de compra e venda no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2021, iniciaram-se as atividades no mercado de comercialização de energia, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético e um aperfeiçoamento da estratégia comercial. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). A Enel Trading iniciou suas atividades de comercialização em janeiro de 2021. Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia obteve autorização do Ministério de Minas e Energia para importar energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada será destinada ao mercado de curto prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, 304/2020 e 523/2021, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional. Em 2024 a Enel Trading continuou se consolidando como a 3ª maior comercializadora em vendas de energia para clientes finais, construindo um market share de 7,5% do mercado o equivalente a uma entrega de 1.959 MWh de energia. No mercado varejista possui um market share de 4,1% o equivalente a uma entrega de 970 MWh de energia. A Enel Trading possui clientes em todas as regiões do país, sendo a maior parte deles do setor industrial, totalizando 60% da carteira em volume de energia, seguido respectivamente pelos setores de serviços, comércio e agro.

2 PRINCIPAIS INDICADORES
Indicadores Operacionais

	2024	2023	Variação	Var. %
Volume de energia vendida (GWh)	29.424	25.744	3.680	14,3%
Quantidade de clientes (consumidores finais)	5.254	3.957	1.297	32,8%
Quantidade de contratos firmados (consumidores finais)	668	749	(81)	-10,8%
Prazo médio dos contratos (anos)	3	4	(1)	-25,0%

Número de Colaboradores

	2024	2023	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	130	129	1	0,8%
Total	130	129	1	0,8%

Indicadores Patrimoniais

	2024	2023	Variação	Var. %
Ativo total	1.568.929	814.966	753.963	92,5%
Patrimônio líquido	194.609	269.788	-75.179	-27,9%
Capital Social	54.271	54.271	-	-
Valor patrimonial por ação (R\$)	0,0369	0,0511	-0,0142	-27,9%

* Valores não auditados pelos auditores independentes

3 DESEMPENHO OPERACIONAL: A quantidade de energia vendida faturada pela Enel Trading em 2024 foi de 29.424 GWh. O aumento na energia entregue em relação ao ano anterior ocorreu pelo crescimento da autoprodução, pela abertura do mercado e pelas vendas em leilões regulados. A abertura do mercado em 2024 contribuiu para o alcance de uma nova fatia de mercado, onde consumidores atendidos em média e alta tensão, com demanda menor que 500KW também passaram a ter o direito de migrar para o mercado livre na modalidade varejista. Em relação a carteira de clientes atendidos pela companhia, o número total de consumidores finais atendidos em 2024 foi de 5.254, o aumento em relação a 2023 está relacionado à abertura do mercado, com a entrada da modalidade varejista na carteira. Em relação a quantidade de contratos firmados com consumidores finais, para 2024 e os anos seguintes, foi de um total de 668, ocorreu uma redução em relação ao ano anterior principalmente pela estratégia de venda de autoprodução e foco no mercado atacadista. Em 2023 a empresa focou as vendas no mercado varejista, que era um mercado novo a ser desbravado e que é caracterizado por clientes de pequeno porte, o que representa uma maior quantidade de contratos. Em 2025, o desafio da Enel Trading é seguir com a estratégia de venda para consumidores, com contratos comuns e também autoprodução, além do atendimento de consumidores de menor porte e a migração dos clientes potencialmente livres que ainda estão no mercado cativo. Além do papel de gestão do portfólio para garantir a otimização dos recursos na reposição da energia não gerada, principalmente pelos fortes impactos causados pelo curtailment.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	709.217	228.508
Títulos e valores mobiliários	4	81.336	87.351
Contas a receber de clientes	5	713.314	458.669
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		15.569	-
Outros tributos compensáveis		2.587	1.711
Instrumentos financeiros derivativos	18	25.584	23.133
Outros créditos		564	485
Total do ativo circulante		1.548.171	799.857
Ativo não circulante			
Tributos diferidos	16	-	872
Intangível	6	20.758	14.237
Total do ativo não circulante		20.758	15.109
Total do ativo		1.568.929	814.966
Passivo circulante			
Fornecedores	7	777.769	395.258
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	13.297
Outras obrigações fiscais		41.862	42.412
Dividendos a pagar	11	25.059	14.919
Salários, provisões e encargos sociais		6.850	6.172
Cauções em garantias	8	38.883	6.605
Passivo de contrato	9	449.415	-
Outras obrigações		1.785	642
Total do passivo circulante		1.341.623	479.305
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	16	3.138	-
Cauções em garantias	8	29.202	65.873
Provisões para processos judiciais e outros riscos	10	539	-
Total do passivo não circulante		32.697	65.873
Patrimônio líquido			
Capital social	11	54.271	54.271
Reserva de lucros		65.160	65.160
Dividendos adicionais propostos		75.178	150.357
Total do patrimônio líquido		194.609	269.788
Total do passivo		1.568.929	814.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.280	(9)	1.056	54.304	49.000	-	109.631
Resultado abrangente total:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	211.576	211.576
Transações com os acionistas							
Aumento de capital	49.000	-	-	-	(49.000)	-	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(14.919)	(14.919)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(6.500)	(6.500)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	150.357	(150.357)	-
Mutações internas do patrimônio líquido							
Reserva legal	-	-	9.800	-	-	(9.800)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	54.280	(9)	10.856	54.304	150.357	-	269.788
Resultado abrangente total:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	100.237	100.237
Transações com os acionistas							
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(150.357)	-	(150.357)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(25.059)	(25.059)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	75.178	(75.178)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	54.280	(9)	10.856	54.304	75.178	-	194.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Enel Trading Brasil S.A. (“Companhia” ou “Enel Trading”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 501, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a prática de atos de comércio atacadista e varejista de energia, atividades de importação e exportação, atividades de gestão, como produtos e serviços correlatos, bem como a participação em outras sociedades. A Companhia tem por objetivo a comercialização, promoção de compra e venda no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, tanto para clientes finais de atacado e varejistas, quanto para comercializadores e geradores de energia elétrica. Além disso, a empresa participa de leilões regulados para venda de energia para distribuidoras de energia e ainda pode realizar atividades de importação e exportação de energia. Em 2021, iniciaram-se as atividades no mercado de comercialização de energia, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético e um aperfeiçoamento da estratégia comercial, com foco no atendimento de clientes e parceiros de diversos segmentos e setores. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Através da Portaria nº 1.962/SPE/MME, de 27 de fevereiro de 2023, a Companhia foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar e exportar energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada é destinada ao MCP - Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 60/2022, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional. A exportação comercial de energia elétrica a partir do Brasil, se dá em duas possibilidades nos termos da Portaria MME nº 49/2022 e nos termos da Portaria MME nº 86/2024, com excedentes hidrelétricos não aproveitados no SIN e através da exportação de geração de usinas termelétricas não despachadas para atendimento ao SIN. Através da Portaria nº 2.864/SPE/MME, de 21 de novembro de 2024, a Companhia foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar

4 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO
Resultado Consolidado

Valores em R\$ Mil

	2024	2023	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	5.337.137	4.345.687	991.450	22,8%
Deduções da Receita Bruta	(577.265)	(434.807)	(142.458)	32,8%
Receita Operacional Líquida	4.759.872	3.910.881	848.991	21,7%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(4.640.988)	(3.609.722)	(1.031.266)	28,6%
EBITDA (1)	121.947	302.253	(180.306)	-59,7%
Margem EBITDA	2,56%	7,73%	-	-0,67p.p
EBIT (2)	118.884	301.159	(182.275)	-60,5%
Margem EBIT	2,50%	7,70%	-	-0,68p.p
Resultado Financeiro	32.219	15.216	17.003	111,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50.866)	(104.797)	53.931	-51,5%
Lucro Líquido	100.237	211.576	(111.339)	-52,6%
Margem Líquida	2,11%	5,41%	-	-0,61p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	18,98	40,07	(21)	-52,6%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização.

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro. A Enel Trading Brasil S.A. teve uma Receita Operacional Bruta de R\$ 5.337,1 milhões e uma Receita Operacional Líquida de R\$ 4.759,9 milhões em 2024, uma alta de 22,8% e 21,7% respectivamente se comparado ao ano anterior. O crescimento está relacionado principalmente à abertura do mercado, com a entrada da modalidade varejista na carteira, gerando assim maiores vendas no mercado livre - contratos comuns e autoprodução. Os custos do serviço e despesas operacionais apresentaram um total de R\$ 4.640,9 milhões no ano de 2024, alta de 28,6% se comparado ao ano de 2023. O impacto seria pelo reflexo do crescimento de vendas, ou seja, necessidade de maiores compras para atender aos novos contratos. Estas variações resultaram em uma redução de R\$ 180,3 milhões no EBITDA, que alcançou R\$ 121,9 milhões em 2024 vis-à-vis R\$ 302,3 milhões em 2023. O resultado financeiro de 2024 apresentou uma receita líquida de R\$ 32,2 milhões, um aumento de R\$ 17,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 15,2 milhões). Esta variação é decorrente, principalmente, de uma despesa reconhecida em 2023 referente à uma penalidade contratual devido a um distrato comercial, o qual não impactou a despesa em 2024; e aliado a este efeito tem-se um aumento nas receitas de aplicações financeiras em virtude de um maior caixa médio aplicado ao longo do ano de 2024. Em decorrência dos efeitos acima mencionados, o lucro líquido da Companhia encerrou o exercício de 2024 em R\$ 100,2 milhões, 52,6% inferior ao valor registrado em 2023 (R\$ 211,6 milhões).

5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

	2024		2023	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Acionistas				
Enel Brasil S.A.	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%
Total	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%

6 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*: O modelo organizacional e de governança corporativa da Enel garante que as questões de sustentabilidade sejam adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (*Environmental, Social and Governance*) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar decisões e orientar as nossas ações. Nossa estratégia de sustentabilidade considera as principais tendências do setor elétrico, entre os quais destacamos um dos grandes desafios da atualidade, a transição energética justa e acessível, alicerçada nas fontes renováveis de geração. Além de perspectivas globais como a Agenda 2030 da ONU consolidada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo, entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Acessível e Limpas (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13). Entre os compromissos da Enel com a sustentabilidade podemos destacar nossa ambição de atingir zero emissões até 2040, graças a um modelo de negócio sustentável baseado no desenvolvimento da geração a partir de fontes renováveis e pela contribuição dos nossos negócios para a eletrificação limpa do consumo, por meio da oferta de serviços e soluções de energia elétrica, levamos sempre em consideração as necessidades dos nossos clientes e demais *stakeholders*. Nesse contexto, a implementação de ações voltadas para a inovação, a digitalização e a economia circular, além do engajamento ao respeito dos direitos humanos, fortalecem nossa estratégia de sustentabilidade e aceleram o crescimento da nossa organização. Entre

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	13	4.759.872	3.910.880
Custo	14	(4.604.525)	(3.583.762)
Lucro bruto		155.347	327.118
Receitas (despesas) operacionais	14		
Despesas gerais e administrativas		(38.829)	(30.607)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		1.866	1.324
Outras receitas operacionais		500	3.323
Total despesas operacionais		(36.463)	(25.960)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		118.884	301.158
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		34.312	28.269
Despesas financeiras		(1.197)	(13.128)
Variações cambiais líquidas		(896)	74
Total do resultado financeiro		32.219	15.215
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		151.103	316.373
Imposto de renda e contribuição social	16		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(46.857)	(107.353)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.009)	2.556
Total dos tributos sobre o lucro		(50.866)	(104.797)
Lucro líquido do exercício		100.237	211.576
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	12	18,9832	40,0688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	100.237	211.576
Total dos resultados abrangentes do exercício	100.237	211.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

as ações que compõem o Plano de Sustentabilidade da Enel, podemos destacar as seguintes realizações dentro ano de 2024, que contribuem para a mitigação de riscos e para o nosso crescimento sustentável. **Comercialização de créditos de carbono:** Por meio da comercialização de créditos de carbono das usinas de geração de energia renovável do Grupo Enel, contribuímos para a neutralização de atividades emissoras de gases de efeito estufa. Adicionalmente, realizamos a venda de certificados internacionais de energia renovável (I-REC), que comprovam que a energia consumida pelos clientes é proveniente de fonte limpa. Além de cooperar com as metas de diminuição da pegada de carbono dos nossos clientes, a venda de I-RECs é mais uma forma de materializar nosso engajamento com a diminuição de gases poluentes e do impacto gerado pelo consumo de energia. Em 2024, o volume de certificados vendidos correspondeu a 8,012TWh. **Parceiro Responsável:** Programa de desenvolvimento e engajamento da cadeia de suprimentos da Enel em nossos objetivos e compromissos de sustentabilidade, em especial com a Agenda 2030 da ONU. Em 2024, tivemos a participação de 394 pessoas de 249 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacamos a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente o programa ainda faz o reconhecimento dos fornecedores que apresentarem as melhores práticas de sustentabilidade, após uma análise criteriosa dos resultados e impactos positivos para a sociedade e para os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, incentivando assim, o engajamento da cadeia de fornecedores com os compromissos de sustentabilidade da Enel e o desenvolvimento sustentável das empresas.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos um processo de DDDH em suas atividades, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa recente avaliação identificou que o nível de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos é de 90%. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente; Integridade (tolerância zero a corrupção); Respeito à Diversidade, e às Comunidades, por serem temas com maior risco de possíveis violações de forma geral no país (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisas e entrevistas realizadas com os principais stakeholders da Enel incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir dessas informações foi elaborado um Plano de Ação com 11 iniciativas para garantir a melhoria contínua das práticas da empresa e que será acompanhado pelo Conselho de Administração da Enel. Entre as ações definidas para o plano, podemos destacar a elaboração de aplicação de treinamentos gerais e específicos para os colaboradores e terceirizados sobre a Política. **Programa de Cultura da Sustentabilidade “SER – Sustentabilidade em Rede”:** Em 2024, o programa “SER – Sustentabilidade em Rede”, coordenado pela área de Sustentabilidade da Enel Brasil, continuou a integrar cultura de sustentabilidade, por meio dos seus quatro pilares estratégicos: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. A iniciativa reafirmou o compromisso coletivo da companhia com a transição energética e a construção de um futuro mais sustentável. Em 2024, o programa alcançou 1.342 participações em atividades que abordaram os temas prioritários da estratégia de sustentabilidade da companhia. Essas atividades foram ministradas por profissionais internos especializados nos temas selecionados, e que foram os protagonistas dessas realizações, inspirando e incentivando seus colegas com iniciativas e resultados inovadores. Ao longo do ano, os webinars abordaram os seguintes temas: - **Ser Econômico:** Análise e gestão de riscos e impactos para a sustentabilidade corporativa, com destaque para a adoção da análise de dupla materialidade como parte do processo. - **Ser Ambiental:** Reflexões sobre o compromisso ambiental da companhia em 2 webinars temáticos: “Semeadando a Cultura Ambiental: Nosso Compromisso com o Futuro” e “Adaptação às Mudanças Climáticas: Estratégias da Enel para Eventos Climáticos Extremos”, que destacaram a atuação proativa da Enel diante dos desafios impostos pela crise climática. - **Ser Social:** O webinar “O Papel da Liderança Comunitária em Emergências Climáticas” reforçou a importância de lideranças locais na construção de resiliência e na mitigação de impactos em comunidades vulneráveis. - **Ser Humano:** Os webinars abordaram direitos humanos, bem-estar, diversidade, saúde e segurança no ambiente de trabalho, sempre destacando o protagonismo humano como fator-chave para o sucesso das iniciativas. Essas atividades, estimularam o engajamento, a troca de conhecimentos e a promoção de práticas sustentáveis, reforçando a importância da atuação de cada colaborador no cumprimento dos objetivos estratégicos da companhia. O “SER – Sustentabilidade em Rede” consolida-se como um marco na construção de uma cultura interna sólida e comprometida com a sustentabilidade, destacando a Enel Brasil como referência no alinhamento de suas ações aos pilares ESG e ao Movimento Ambição Net Zero promovido pela Pacto Global Brasil. **7 AGRADECIMENTOS:** A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2024 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

...continuação		
As principais alterações estão descritas a seguir:		
Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26).	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade.	A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado à ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais: As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas. A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contêm informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas: Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, Nota 6 – Intangível; Nota 10 – Provisões para processos judiciais, Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, e Nota 18 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	47.499	60.225
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	358.175	168.283
Operações compromissadas	303.543	-
Total	709.217	228.508

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras são representadas por aplicações diretas em CDBs (que possuem conversibilidade imediata e insignificante risco de mudança de valor) e operações compromissadas contratadas diretamente ou via fundo de investimento exclusivo (onde a instituição financeira emissora das operações garante a recompra imediata dos títulos, operação classificada como de baixo risco de crédito). Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários foram remunerados em média a 100,25% do CDI, e o Fundo de Investimento Exclusivo, que contém as operações compromissadas na carteira foi remunerado a 100,25% do CDI (CDBs foram remunerados, em média, 99,89% do CDI em 31 de dezembro de 2023). De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. **Redução ao valor recuperável:** todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 18). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos. **4. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento não exclusivos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos não exclusivos	81.336	87.351
Total	81.336	87.351

Fundos de Investimento não exclusivos, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 104,22% do CDI (96,00% do CDI em 31 de dezembro de 2023). **5. Contas a receber de clientes:** O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2024	
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias				
Contas a receber		429.918	13.876	70	915	97	293	445.169	(8.683)	436.486
Contas a receber - partes relacionadas	17	240.246	31.628	-	866	768	3.320	276.828	-	276.828
Total		670.164	45.504	70	1.781	865	3.613	721.997	(8.683)	713.314

	Nota	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2023
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Contas a receber		372.647	488	48	284	388	373.855	(10.549)	363.306
Contas a receber - partes relacionadas	17	93.174	2.189	-	284	388	469.218	(10.549)	458.669
Total		465.821	2.677	48	284	388	469.218	(10.549)	458.669

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. As transações de energia realizadas no Mercado de Curto Prazo (MCP) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. **Uso de estimativas: Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"):** As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual. São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito ("*Expected Credit Losses* – ECL") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default* – PD"), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("*Loss given default* – LGD") e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP). Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(11.873)
Provisões	(2.313)
Reversões	3.637
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(10.549)
Provisões	(4.927)
Reversões	6.793
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(8.683)

6. Intangível: O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Uso de estimativas:** A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido. A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço	Em curso	31.12.2024	31.12.2023
	Amortização			
	Custo	Valor líquido	Custo	Total
Custo incremental	22.477	(4.782)	17.695	-
Software	-	-	-	3.063
Total	22.477	(4.782)	17.695	3.063

O custo incremental está relacionado a custos incorridos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vinculados aos contratos de venda de energia, assim como custos de obtenção de contratos de venda. Os custos ativados são variáveis e amortizados pelo prazo dos referidos contratos. Os custos na CCEE são obrigatórios para que a Companhia possa operar no âmbito de contratação livre – ACL, dessa forma foram enquadrados no CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
Intangível em serviço				
Custo incremental	13.795	8.682	-	22.477
	13.795	8.682	-	22.477
Amortização acumulada				
Custo incremental	(1.720)	-	(3.062)	(4.782)
	(1.720)	-	(3.062)	(4.782)
Intangível em curso				
Software	2.162	901	-	3.063
	2.162	901	-	3.063
Total	14.237	9.583	(3.062)	20.758
31.12.2022	Adições	Amortização	31.12.2023	
	1.765	12.030	-	13.795
	1.765	12.030	-	13.795
Amortização acumulada				
Custo incremental	(626)	-	(1.094)	(1.720)
	(626)	-	(1.094)	(1.720)
Intangível em curso				
Software	1.176	986	-	2.162
	1.176	986	-	2.162
Total	2.315	13.016	(1.094)	14.237

A taxa de amortização que reflete a vida útil do ativo intangível, é a seguinte:

	%
Administração	
Custo incremental	41,67%

7. Fornecedores: A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		170.869	165.976
Compra de energia - partes relacionadas	17	482.762	210.312
		653.631	376.288

		31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços		10.613	15.721
Materiais e serviços - partes relacionadas	17	113.525	3.249
		124.138	19.970
Total		777.769	395.258

8. Cauções e garantias: Como forma de cumprimento de garantias, a Companhia possibilita que os clientes depõem cauções relacionadas aos contratos de venda de energia que são mantidos até o final do contrato, quando o cliente tem a opção de reaver os valores caucionados atualizados pelo CDI, ou compensar com as últimas faturas de energia.

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	72.478	50.355
Adição	21.762	77.338
Baixa	(28.644)	(56.098)
Atualização	2.307	883
Saldo final	67.903	72.478
Circulante	38.883	6.605
Não circulante	29.020	65.873

9. Passivo de contrato: Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia fechou contratos com Banco BTG (comercializadora de energia) e Banco Santander, com o objetivo de equalizar o seu portfólio de energia, minimizar exposições a diferenças de preços por submercados e comercializar lastro de energia incentivada e convencional. Essas operações refletem a atualização das expectativas para o balanço de energia de 2025/2026, e executadas após aprovação interna da estratégia, com contraparte de baixo risco de crédito, a qual apresentou necessidades de comercialização de energia aderentes às necessidades da Companhia. A liquidação financeira antecipada de algumas transações atendeu a necessidades de reforço de liquidez da Companhia, para fazer face a obrigações potenciais a serem cobertas em definitivo, após aprovação de plano financeiro em janeiro de 2025, e preservação do nível de caixa operacional. As operações realizadas foram: a) Swap de Submercado (SE/NE) 2025: volume 150MWm, de 01/01 a 30/06/25, Enel vende a energia no NE e compra a energia no SE; b) Swap de Submercado (SE/NE) 2026: volume 100MWm, de 01/01 a 30/06/26, Enel vende a energia no NE e compra a energia no SE; c) Swap de período (abr/25 vs Jun/25: volume 50MWm, Enel vende a energia Jun/25 e compra a energia Abr/25; d) Compra de energia 2026: volume 100MWm, 01/01 a 30/06/26; e) Compra de lastro de energia convencional: volume 30MWm, 01/01 a 31/03/25; f) Venda de lastro de energia incentivada (I5): volume 100MWm, 01/01 a 31/12/25; g) Venda de lastro de energia incentivada (I5): volume 100MWm, 01/12 a 31/12/24. Diante do exposto, em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 449.415, refere-se ao adiantamento da contraprestação recebida do BTG e Santander (passivos de contrato), correspondente ao pagamento integral de energia contratada pelo prazo de 2 anos, a contar da data da assinatura do contrato de fornecimento de energia, de 23 de dezembro de 2024. Não foi reconhecida qualquer receita operacional, uma vez que não houve fornecimento de energia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A receita de fornecimento de energia será reconhecida quando as obrigações de performance forem atendidas, ao longo do tempo, tomando por base o preço pactuado em contrato. **10. Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. **Decisão STF - Coisa julgada:** Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas à decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária. **Uso de estimativas:** A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável. Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

10.1 Contingência com risco provável:

As provisões para processos judiciais e outros, estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adição	Atualização monetária	31.12.2024
Cíveis	-	514	25	539
Total	-	514	25	539

Os casos cíveis englobam processos relacionados a pedidos de ressarcimento decorrentes de relações contratuais, bem como ações e arbitragens envolvendo questões contratuais.

Não houve movimentação e/ou registros de riscos prováveis durante o exercício de 2023.

10.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Cíveis	1.150	-
Total	1.150	-

Os casos cíveis englobam processos relacionados a pedidos de ressarcimento decorrentes de relações contratuais, bem como ações e arbitragens envolvendo questões contratuais.

11. Patrimônio líquido: 11.1 Capital social: O capital social é de R\$ 54.280 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, sendo R\$ 54.271 integralizado e R\$ 9 a integralizar, em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024	% de	31.12.2023	% de
Quantidade de ações	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%
Valor	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%

11.2 Reserva legal: O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. A Companhia deixou de constituir reserva legal por atingir o limite, conforme disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76. **11.3 Reserva de reforço de capital de giro:** O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 18 do estatuto social da Companhia. **11.4 Destinação do resultado:** O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia. A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	100.237	211.576
(-) Reserva legal	-	(9.800)
Lucro líquido do exercício ajustado	100.237	201.776
Dividendo mínimo obrigatório	(25.059)	(14.919)
Dividendos intercalares	-	(30.000)
Juros sobre capital próprio	-	(6.500)
Dividendo adicional proposto	(75.178)	(150.357)
Total	-	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO realizada em 29 de abril de 2024 foram aprovadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando que a Companhia registrou lucro líquido ajustado, no exercício de 2023 no montante de R\$ 201.776, tendo sido destinado o montante de R\$ 14.919 para pagamento de dividendo obrigatório, que acrescido do montante de R\$ 6.500 já declarado à título de juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido e R\$ 30.000 de dividendos intercalares, perfaz o correspondente a 25,48% atendido o percentual de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social, os acionistas deliberaram a distribuição de R\$ 150.357, a título de dividendos adicionais propostos. **11.5 Dividendos e juros sobre capital próprio:** A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	14.919	74.006
Efeito não caixa		
Dividendos adicionais propostos	150.357	-
Dividendos intercalares	-	30.0

...continuação

ENEL TRADING BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 30.248.458/0001-25

financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Receita de comercialização de energia	13.1	4.275.537	3.876.224
Receita de comercialização de energia - partes relacionadas	13.1 e 17	768.701	229.294
Mercado de curto prazo	13.2	290.447	236.597
Ganho com compra e venda a termo de energia		2.452	3.572
Receita operacional bruta		5.337.137	4.345.687
Deduções da receita			
COFINS		(392.966)	(325.617)
PIS		(184.299)	(109.190)
Total deduções da receita		(577.265)	(434.807)
Total		4.759.872	3.910.880

13.1 Receita de comercialização de energia: As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo. **13.2 Mercado de curto prazo:** As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber, liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica. **14. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas):**

	Nota	2024			Total
		Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	
Pessoal		(25.019)	(14.582)	-	(39.601)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		3.966	-	-	3.966
Material		(1.057)	(18)	-	(1.075)
Serviços		(3.038)	(17.969)	-	(21.007)
Serviços - partes relacionadas	17	(811)	(2.300)	-	(3.111)
Energia elétrica comprada para revenda		(935.071)	-	-	(935.071)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	17	(3.640.425)	-	-	(3.640.425)
Aluguéis e arrendamentos		-	(102)	-	(102)
Depreciação e amortização		(3.063)	-	-	(3.063)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	1.866	1.866
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(514)	-	(514)
Outras receitas (despesas) operacionais		(7)	(3.344)	-	(3.351)
Total		(4.604.525)	(38.829)	1.866	500 (4.640.989)

	Nota	2023			Total
		Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	
Pessoal		(21.926)	(11.244)	-	(33.170)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		1.312	-	-	1.312
Material		(235)	-	-	(235)
Serviços - partes relacionadas		(2.294)	(15.489)	-	(17.783)
Serviços - partes relacionadas	17	-	(2.064)	-	(2.064)
Energia elétrica comprada para revenda		(778.636)	-	-	(778.636)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	17	(2.780.778)	-	-	(2.780.778)
Seguros		(6)	-	-	(6)
Depreciação e amortização		(1.094)	-	-	(1.094)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	1.324	1.324
Comissão por intermediação de contrato		-	-	-	3.323
Outras despesas operacionais		(105)	(1.810)	-	(1.915)
Total		(3.583.762)	(30.607)	1.324	3.323 (3.609.722)

15. Resultado financeiro:

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		30.523	27.439
Juros e atualização monetária de mercado de curto prazo		1.925	555
Outras receitas financeiras		3.537	1.654
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(1.673)	(1.379)
		34.312	28.269

Despesas financeiras

Cessão de crédito - factoring		-	(40)
Encargos de dívidas		-	(67)
Variação monetária de processos judiciais e outros		(25)	-
Atualização de impostos e multas		(74)	(66)
Cartas de fiança e seguros em garantia		(99)	(10)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(453)	(504)
Penalidade contratual	15.1	-	(12.350)
Despesas bancárias		(546)	(91)
		(1.197)	(13.128)

Variações cambiais líquidas

Outras variações cambiais		(896)	74
		(896)	74
Total		32.219	15.215

15.1 No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu penalidade contratual no montante de R\$ 12.350, em decorrência de distrato comercial, de acordo com cláusulas contratuais. **16. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(a) Imposto corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	(35.720)	(11.137)	(78.902)	(28.451)
Diferidos	(1.674)	(2.335)	1.852	704
Total	(37.394)	(13.472)	(77.050)	(27.747)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	151.103	151.103	316.373	316.373
Adições:				
Outras despesas indedutíveis	1.099	1.099	(1.568)	(1.568)
Juros sobre capital próprio	-	-	(6.500)	(6.500)
Multas indedutíveis	-	-	24	24
Incentivos fiscais	(2.530)	(2.510)	(32)	(32)
Total das adições	(1.431)	(1.411)	(8,076)	(8,076)
Base de cálculo	149.672	149.692	308.297	308.297
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(37.394)	(13.472)	(77.050)	(27.747)
Total	(37.394)	(13.472)	(77.050)	(27.747)
Alíquota efetiva	24,75%	8,92%	24,35%	8,77%

(b) Imposto Diferido: Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal. O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
Tributos diferidos ativos:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.952	3.586	(634)	(451)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	183	-	183	-
Participação nos lucros	974	835	139	200
Provisão materiais e serviços	527	3.854	(3.326)	3.559
Provisão serviços compartilhados	925	-	925	-
Outras provisões	-	461	(461)	461
	5.561	8.736	(3.174)	3.769
Tributos diferidos passivos:				
Instrumentos financeiros derivativos	(8.699)	(7.864)	(835)	(1.213)
	(8.699)	(7.864)	(835)	(1.213)
Total	(3.138)	872	(4.009)	2.556

Uso de estimativas: Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2032	2033 a 2034
	4.180	104	104	104	252	608	209

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia. O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. **17. Transações com partes relacionadas:** Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16. Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

17.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024		31.12.2023		2023
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas	
Dividendos a pagar	Até dezembro de 2025	(25.059)	(14.919)	-	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Até agosto de 2027	(114)	(1)	-	-	-
Mútuo	Até abril de 2024	-	-	(67)	(67)	-
Total		(25.173)	(14.920)	(67)	(67)	-

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura. **17.2. Empresas de controle comum:**

Natureza da operação	Vigência	31.12.24		31.12.23		2024		2023	
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)		
Compra/venda de energia									
Alvorada Energia S.A.	Até dezembro de 2024	(253)	(21)	(4.859)	(2.766)	-	-	-	-
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	(705)	453	(25.652)	(29.768)	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru Solar 01 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.484)	(1.421)	(17.479)	(16.678)	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru Solar 02 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.756)	(3.587)	(41.045)	(41.455)	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru Solar 03 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.544)	(3.350)	(41.401)	(39.424)	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru Solar 04 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.539)	(3.385)	(38.907)	(39.425)	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru Solar 05 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.788)	(1.662)	(20.957)	(20.006)	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	(900)	98	(21.022)	(26.556)	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	(223)	(1.027)	(5.272)	(6.800)	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	6.949	97	(22.228)	(27.593)	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina E Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	7.053	1.149	(23.699)	(28.781)	-	-	-	-
Enel Green Power Dois Rios Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	7.316	2.155	3.235	(2.908)	-	-	-	-
Enel Green Power Emília Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	738	(206)	(4.305)	(10.771)	-	-	-	-
Enel Green Power Esperança 16 S.A.	Até dezembro de 2024	(7.101)	(2.971)	(41.742)	(40.573)	-	-	-	-
Enel Green Power Esperança 21 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.238)	(4.371)	(35.607)	(53.307)	-	-	-	-
Enel Green Power Esperança 22 S.A.	Até dezembro de 2024	13.371	(3.909)	(39.785)	(50.715)	-	-	-	-
Enel Green Power Esperança 25 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.934)	(1.868)	(24.600)	(23.756)	-	-	-	-
Enel Green Power Esperança 26 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.546)	(3.624)	(44.629)	(43.900)	-	-	-	-
Enel Green Power Fonte dos Ventos 02 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.094)	(3.016)	(36.149)	(39.507)	-	-	-	-
Enel Green Power Fonte dos Ventos 03 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.828)	(2.649)	(43.172)	(41.005)	-	-	-	-
Enel Green Power Joana Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	51	898	(9.658)	(8.535)	-	-	-	-
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	-	571	(12.654)	(15.254)	-	-	-	-
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	-	441	(10.065)	(11.654)	-	-	-	-

Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	944	3.043	(8.296)	(18.376)
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	743	2.825	(12.057)	(21.184)
Enel Green Power Paranapanema S.A.	Até dezembro de 2024	(343)	(387)	(5.165)	(4.668)
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	-	875	(13.501)	(13.506)

Enel Green Power Salto Apiacás S.A.	Até dezembro de 2024	-	585	(15.282)	(16.234)
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	-	25	467	218
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.	Até dezembro de 2024	(924)	123	(27.645)	(29.688)
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.640)	(1.646)	(19.782)	(19.926)
Enel Green Power São Gonçalo 09 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.647)	(1.799)	(19.914)	(19.925)
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.	Até dezembro de 2024	(1)	178	(3.005)	(5.319)
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.	Até dezembro de 2024	2.864	197	(6.365)	(7.995)
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.647			



Green Power

**ENEL GREEN POWER
VOLTA GRANDE S.A.**

CNPJ nº 25.176.391/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Volta Grande S.A. (ou "Volta Grande") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. PERFIL*: A Enel Green Power Volta Grande é uma geradora hidrelétrica situada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, na região Sudeste do país. Desde 11 de novembro de 2017 é gerida pelo grupo Enel, cujo direito de operação por 30 anos foi adquirido em leilão realizado no mesmo ano, por um valor total de R\$ 1.420 milhões. Com uma capacidade total instalada de 380 MW, subdivididos em 4 unidades geradoras de 95MW cada, possui 219 MWM de energia assegurada. Em 2024, Volta Grande teve uma geração líquida de 1.750 GWh (1.704 GWh em 2023). A usina conta, ainda, com 13,8 km de linhas áreas de transmissão, sendo 6,8km de linhas de alta tensão e 7km de linhas de média tensão. O grupo Enel, por meio da Enel Brasil S.A., detém 100% do seu capital.

2. CONTEXTO SETORIAL: Histórico da falta de liquidez do mercado no curto prazo: A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho técnico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R\$ 10 bilhões. Após a publicação da Lei nº 14.052, em 8 de setembro de 2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro/2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, grande parte dos agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo. No caso de Volta Grande, a liquidez no Mercado de Curto Prazo tem impacto menor dado que 70% da sua Garantia Física está contratado no regime de Cotas, sem exposição no mercado de curto prazo. Em junho/2022, Volta Grande assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017, postergando o final da concessão para 11/05/2048. **REN 899/2020 - Alocação de energia no MRE:** Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 899 que altera a Resolução Normativa nº 584 com as definições de alocação de energia do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) para os próximos anos. A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuará existindo dois tipos de alocação: uma para lastro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia do MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física. No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa nº 898, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE. **Revisão de Garantia Física:** Em 2022 houve um processo de Revisão Ordinária de Garantia física com vigência a partir de Jan/23, onde Volta Grande sofreu uma redução de 5%. Com isso, sua Garantia Física foi definida em 219,1 MW de 2023 até 2027.

3. PRINCIPAIS INDICADORES
Indicadores Operacionais

	2024	2023	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	380	380	-	-
Energia assegurada (Garantia Física) (MWmedia)	219	219	-	-
Geração de energia elétrica - Total (GVWh/ano)	1.750	1.704	46	2,7%
Venda de energia elétrica - Total (GVWh/ano)	1.931	1.823	107	5,9%
Investimento Total (R\$ Mil)	11.915	28.266	(16.351)	-57,8%

Indicadores Patrimoniais

	2024	2023	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	1.713.131	1.715.846	(2.715)	-0,2%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	927.728	855.458	72.270	8,4%
Valor patrimonial por ação (R\$)	1,64	1,51	0,13	8,4%

4. DESEMPENHO OPERACIONAL: O índice de disponibilidade acumulado em 2024 foi de 89% (78% em 2023), devido a paradas de manutenção (incluindo programadas). A geração, em 2024, foi de 1,750GWh, representando um aumento de 3% em comparação a 2023 (1.704GWh). Do total de sua energia assegurada, 70% são comercializadas através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2024	2023	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	444.767	411.069	33.698	8,2%
Deduções da Receita Bruta	(59.458)	(53.586)	(5.872)	11,0%
Receita Operacional Líquida	385.309	357.483	27.826	7,8%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(95.315)	(80.551)	(14.764)	18,3%
EBITDA (1)	294.218	278.978	15.240	5,5%
Margem EBITDA	76,36%	78,04%	-1,68%	-0,02 p.p
EBIT (2)	289.994	276.932	13.062	4,7%
Margem EBIT	75,26%	77,47%	-2,20%	-0,03 p.p
Resultado Financeiro	(50.860)	(51.895)	1.035	-2,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(67.921)	(64.323)	(3.598)	5,6%
Lucro Líquido	171.213	160.714	10.499	6,5%
Margem Líquida	44,44%	44,96%	-0,52%	-0,01 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,30	0,28	0,02	6,5%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização; (2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro.

A receita operacional líquida em 2024 foi 7,8% superior (R\$ 27,8 milhões) em relação ao ano de 2023, decorrente principalmente do aumento da: (i) Receita com venda de energia gerada envolvendo partes relacionadas no valor de R\$ 15,8 milhões e (ii) receita anual de geração - RAG (incluindo partes relacionadas) no valor de R\$ 11,8 milhões. Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 14,8 milhões em relação a 2023, explicado principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 15,8 milhões na rubrica de energia elétrica comprada para revenda devido ao aumento do custo de energia no período analisado; (ii) aumento de R\$ 2,2 milhões em depreciação e amortização; (iii) aumento de R\$ 1,9 milhão na rubrica de Transporte de potência de energia e (iv) aumento de R\$ 1,2 milhão na linha referente à Materiais. Tais efeitos foram parcialmente compensados por uma redução de R\$ 3,1 milhões em serviços de terceiros. Estas variações

*Valores não auditados pelos auditores independentes

resultaram em um aumento de R\$ 15,2 milhões do EBITDA, que alcançou o montante de R\$ 294,2 milhões em 2024, frente a R\$ 279,0 milhões em 2023. O resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 50,9 milhões, uma redução de R\$ 1,0 milhão em relação ao exercício anterior. Esta variação é em função, principalmente, da redução de R\$ 4,2 milhões em encargos de dívidas e variação monetária - debêntures em razão de um menor volume de dívida em relação ao mesmo período do ano anterior. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução de R\$ 2,9 milhões nas receitas de aplicação financeira devido a um menor volume de caixa aplicado ao longo do ano e um menor CDI (10,9% Dez 24 x 13,2% Dez 23) em relação ao período comparado. Em decorrência dos efeitos acima, o lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 171,2 milhões, um aumento de R\$ 10,5 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 160,7 milhões).

6. INVESTIMENTOS: Os investimentos em 2024 somaram R\$ 11,9 milhões, representando uma redução de R\$ 16,4 milhões em comparação com o volume investido em 2023. A redução deve-se principalmente a base de comparação mais elevada em 2023 devido aos investimentos realizados em tal ano, relativos à reforma e modernização das turbinas, com o término das atividades na unidade geradora UG03 e início da unidade geradora UG04, que teve como finalidade a melhoria do rendimento da planta e mitigação dos riscos (redução da garantia física, melhora do fator de indisponibilidade e redução das penalidades).

7. ENDEVIDAMENTO: A aquisição da concessão foi financiada com 60% de dívida com terceiros e 40% com capital próprio. Inicialmente, foi considerado um crédito ponte por um período de dois anos (2018-2019). Em novembro de 2019, a Companhia estruturou um financiamento de longo prazo, por meio da sua 1ª emissão de debêntures. Foram captados R\$ 800 milhões, em 2 séries, com prazo de 10 anos e um custo de IPCA + 3,70% a.a.. Este financiamento está condicionado a manutenção do nível de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida Financeira / EBITDA, inferior a 4.0x. Em 2024, o nível de alavancagem registrado foi de 1,76x (2,08x em 2023).

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*: O modelo organizacional e de governança corporativa da Enel garante que as questões de sustentabilidade sejam adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (*Environmental, Social and Governance*) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar decisões e orientar as nossas ações. Nossa estratégia de sustentabilidade considera as principais tendências do setor elétrico, entre os quais destacamos um dos grandes desafios da atualidade, a transição energética justa e acessível, alicerçada nas fontes renováveis de geração. Além de perspectivas globais como a Agenda 2030 da ONU consolidada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo, entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Acessível e Limpa (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13). A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável. **Projetos socioambientais:** O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Por meio dos projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel Green Power Volta Grande se relaciona no território, em 2024, a empresa beneficiou 521 pessoas por meio de 2 programas. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se: **Programa de Educação Ambiental:** para conscientização e preservação do entorno do reservatório da usina Volta Grande. Uma série de palestras e oficinas voltadas para o público escolar da região, foram conduzidas pela empresa através do Programa que engloba diversas ações voltadas para a conscientização dos cuidados ambientais pelos alunos e professores das escolas da rede pública da região que também receberam oficinas de hortas verticais, oficinas de culinária sustentável e oficina de conscientização para uso da água. As ações nas escolas visam também a ampliação da visão de atuação da empresa no território, o apoio à educação ambiental com os temas sobre os ODS's (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e a parceria com a secretaria de educação dos municípios atendidos que é fortalecida pelas palestras e oficinas oferecidas pelo Programa. **Diálogos:** Além do Programa de Educação Ambiental, a empresa também promoveu uma ampla comunicação territorial com divulgação de informações relevantes sobre geração de energia hidrelétrica e conscientização ambiental para 8 municípios do entorno do reservatório, consolidando seu compromisso de escuta e diálogo com os stakeholders locais, mantendo também o canal 0800 ativo, sempre de forma gratuita, para receber qualquer demanda proveniente dos Stakeholders locais. Somados aos projetos específicos da Enel Green Power Volta Grande, a empresa também integra importantes iniciativas de sustentabilidade da holding, com destaque para: **Parceiro Responsável:** Programa de desenvolvimento e engajamento da cadeia de suprimentos da Enel em nossos objetivos e compromissos de sustentabilidade, em especial com a Agenda 2030 da ONU. Em 2024, tivemos a participação de 394 pessoas de 249 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente o programa ainda faz o reconhecimento dos fornecedores que apresentarem as melhores práticas de sustentabilidade, após uma análise criteriosa dos resultados e impactos positivos para a sociedade e para os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, incentivando assim, o engajamento da cadeia de fornecedores com os compromissos de sustentabilidade da Enel e o desenvolvimento sustentável das empresas. **Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos um processo de DDDH em suas atividades, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023 Essa recente avaliação identificou que o nível de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos é de 90%. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente; Integridade (tolerância zero a corrupção); Respeito à Diversidade, e às Comunidades, por serem temas com maior risco de possíveis violações de forma geral no país (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisas e entrevistas realizadas com os principais stakeholders da Enel incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir dessas informações foi elaborado um Plano de Ação com 11 iniciativas para garantir a melhoria contínua das práticas da empresa e que será acompanhado pelo Conselho de Administração da Enel. Entre as ações definidas para o plano, podemos destacar a elaboração de aplicação de treinamentos gerais e específicos para os colaboradores e terceirizados sobre a Política, Programa de Cultura da Sustentabilidade "SER - Sustentabilidade em Rede"; Em 2024, o programa "SER - Sustentabilidade em Rede", coordenado pela área de Sustentabilidade da Enel Brasil, continuou a integrar cultura de sustentabilidade, por meio dos seus quatro pilares estratégicos: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. A iniciativa reafirmou o compromisso coletivo da companhia com a transição energética e a construção de um futuro mais sustentável. Em 2024, o programa alcançou 1.342 participações em atividades que abordaram os temas prioritários da estratégia de sustentabilidade da companhia. Essas atividades foram ministradas por profissionais internos especializados nos temas

selecionados, e que foram os protagonistas dessas realizações, inspirando e incentivando seus colegas com iniciativas e resultados inovadores. Ao longo do ano, os webinars abordaram os seguintes temas: - **Ser Econômico:** Análise e gestão de riscos e impactos para a sustentabilidade corporativa, com destaque para a adoção da análise de dupla materialidade como parte do processo. - **Ser Ambiental:** Reflexões sobre o compromisso ambiental da companhia em 2 webinars temáticos: "Semeadando a Cultura Ambiental: Nosso Compromisso com o Futuro" e "Adaptação às Mudanças Climáticas: Estratégias da Enel para Eventos Climáticos Extremos", que destacaram a atuação proativa da Enel diante dos desafios impostos pela crise climática. - **Ser Social:** O webinar "O Papel da Liderança Comunitária em Emergências Climáticas" reforçou a importância de lideranças locais na construção de resiliência e na mitigação de impactos em comunidades vulneráveis. - **Ser Humano:** Os webinars abordaram direitos humanos, bem-estar, diversidade, saúde e segurança no ambiente de trabalho, sempre destacando o protagonismo humano como fator-chave para o sucesso das iniciativas. Essas atividades, estimularam o engajamento a troca de conhecimentos e a promoção de práticas sustentáveis, reforçando a importância da atuação de cada colaborador no cumprimento dos objetivos estratégicos da companhia. O "SER Sustentabilidade em Rede" consolida-se como um marco na construção de uma cultura interna sólida e comprometida com a sustentabilidade, destacando a Enel Brasil como referência no alinhamento de suas ações aos pilares ESG e ao Movimento Ambição Net Zero promovido pela Pacto Global Brasil.

9. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*: **Enel Brasil: Prêmio "Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores":** Organizado pelas plataformas Melhor RH, Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (CECOM), a Enel Brasil foi reconhecida em três categorias. A empresa conquistou o 1º lugar na categoria Inovação com a campanha "O que te inspira?". A iniciativa ofereceu alternativas e soluções para que inovar se tornasse um propósito, incentivando os colaboradores a buscarem conhecimento e oportunidades de mudança e melhoria. O Plano de Comunicação do Plano de Ação de Emergência nas Barragens (PAEBM) da Enel Green Power garantiu o 2º lugar na categoria Gestão de Crise - Pilar Canais e Meios. Desenvolvido para atender aos requisitos da nova Lei de Segurança de Barragens, o plano promoveu uma comunicação transparente, conscientizando e orientando a população, além de envolver o poder público e os colaboradores. A iniciativa reforça o compromisso da Enel com a segurança e o bem-estar das comunidades em que atua. A websérie "Tá Ligado?", um trocadilho com a área de atuação da empresa, conquistou o 2º lugar na categoria Revolution - Pilar Grandes Ideais. Composta por dez episódios, a iniciativa apresentou temas estratégicos de forma simples, acessível e didática para o público interno. A série foi divulgada em todos os canais de comunicação da Enel, alcançando números expressivos de visualizações e gerando alto engajamento da equipe. **Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (EGAESE):** Na 11ª edição do EGAESE, a Enel Brasil foi reconhecida em duas categorias. A empresa conquistou o 1º lugar na categoria Impactos Regulatórios com o projeto "Maximizando os resultados da base de remuneração: Banco de preços referencial e atipicidades". Já na categoria Gestão Estratégica, a Enel ficou em 4º lugar com o projeto de "Desenvolvimento e implementação de sistema automatizado de gestão e controle de processos da conformidade regulatória das informações cadastrais para a garantia do retorno dos investimentos em ativos". O projeto foi fundamental para garantir o retorno dos investimentos em ativos. **Enel Green Power: GRI Infra Awards Brazil 2024:** A Enel Green Power (EGP) conquistou o 1º lugar na categoria Prêmio Comunidade com o projeto Assessoria Técnica Rural, que promove o desenvolvimento sustentável em comunidades próximas a empreendimentos de energia renovável. A iniciativa capacitou 477 famílias no aprimoramento de técnicas agrícolas, fortalecimento do associativismo e autossustentabilidade, sendo reconhecida globalmente pelo prêmio Sustainability Wonders pela inovação e baixo custo de implementação. A EGP também ficou em 1º lugar na categoria Prêmio Potência com o projeto de Miniusinas Solares, instaladas em seis assentamentos rurais em Tacaratu (PE). As usinas fornecem energia limpa para mais de 900 pessoas, reduzem em até 80% o custo do bombeamento de água para a agricultura e evitam a emissão de cerca de 80 toneladas de CO₂ por ano, gerando impactos positivos na produção agrícola e no meio ambiente. **Prêmio de Desenvolvimento sustentável 2024 - ECOMONDO:** A Enel Green Power Brasil (EGP) venceu o Prêmio de Desenvolvimento Sustentável 2024, concedido pela ECOMONDO - The Green Technology Expo, que reconhece empresas e instituições que fazem da qualidade ambiental uma força competitiva, com foco em economia circular. O destaque foi o programa New Life, lançado para apoiar a transição energética na área de tecnologia de carvão e, posteriormente, expandido para todas as tecnologias e regiões onde a EGP atua.

10. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

	2024	%	2023	%
Acionistas	Ações		Ações	
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
Total	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%

11. AGRADECIMENTOS: A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2024 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)				
	Nota	2024	2023	
Receita líquida	14	385.309	357.483	
Custo	15	(89.818)	(75.229)	
Lucro bruto		295.491	282.254	
Receitas (despesas) operacionais	15			
Despesas gerais e administrativas		(5.581)	(5.784)	
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	462	
Outras receitas operacionais		84	-	
Total despesas operacionais		(5.497)	(5.322)	
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		289.994	276.932	
Resultado financeiro	16			
Receitas financeiras		5.731	8.468	
Despesas financeiras		(56.590)	(60.470)	
Variações cambiais líquidas		(1)	107	
Total do resultado financeiro		(50.860)	(51.895)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		239.134	225.037	
Imposto de renda e contribuição social	17			
Imposto de renda e contribuição social correntes		(47.728)	(46.913)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(20.193)	(17.410)	
Total dos tributos sobre o lucro		(67.921)	(64.323)	
Lucro líquido do exercício		171.213	160.714	
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	13	0,3026	0,2841	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Valores expressos em milhares de reais)				
	2024	2023		
Lucro líquido do exercício	171.213	160.714		
Total dos resultados abrangentes do exercício	171.213	160.714		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Valores expressos em milhares de reais)				
	31.12.2024	31.12.2023		
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	171.213	160.714		
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	4.224	2.046		
Variações monetárias	29.330	31.135		
Atualização do ativo financeiro da concessão	(77.824)	(70.509)		
Amortização do ativo financeiro da concessão	67.072	64.277		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(462)		
Atualização monetária de processos judiciais	380	126		
Provisões para processos judiciais	3	178		
Custo de debêntures - encargos de dívidas	1.582	1.581		
Juros sobre obrigações de arrendamento	82	80		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	22.984	25.430		
Baixa de ativo imobilizado	161	-		
Tributos e contribuições sociais diferidos	20.193	17.410		
Redução (aumento) dos ativos				
Contas a receber	(380)	(314)		
Estoque	(64)	(153)		
Serviços em curso	2.109	(542)		
Outros créditos	3.898	(2.072)		
Redução (aumento) dos passivos				
Fornecedores	(11.689)	(7.904)		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	48.380	46.929		
Outras obrigações fiscais	(51)	358		
Salários, provisões e encargos sociais	(56)	(128)		
Encargos setoriais	(1.170)	2.100		
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	2.128	13.175		
Outras obrigações	1	84		
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(23.479)	(26.057)		
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(82)	(75)		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(47.594)	(46.707)		
Pagamento de processos judiciais	(11)	(2)		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	211.340	210.698		
Atividades de investimentos				
Adições para ativo imobilizado	(11.746)	(28.030)		
Adições para ativo intangível	(450)	(358)		
Títulos e valores mobiliários	9	130		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(12.187)	(28.258)		
Atividades de financiamentos				
Pagamento de debêntures (principal)	(107.005)	(102.471)		
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(372)	(261)		
Pagamento de dividendos	(68.812)	(63.000)		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(39.000)	(36.000)		
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(215.189)	(201.732)		
Varição no caixa líquido	(16.036)	(19.292)		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	34.558	53.850		
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	18.522	34.558		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais				
--	--	--	--	--

...continuação	ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A. - CNPJ nº 25.176.391/0001-20				
----------------	--	--	--	--	--

	31.12.2022	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2023
Intangível em serviço					
Custo incremental	156	164	-	-	320
Extensão da concessão - GSF	6.796	-	-	-	6.796
Software	32	-	-	2.422	2.454
	6.984	164	-	2.422	9.570
Amortização acumulada					
Custo incremental	(9)	-	(23)	-	(32)
Extensão da concessão - GSF	(498)	-	(249)	-	(747)
Software	(32)	-	(41)	-	(73)
	(539)	-	(313)	-	(852)
Intangível em curso					
Software	2.422	193	-	(2.422)	193
	2.422	193	-	(2.422)	193
Total	8.867	357	(313)	-	8.911

As principais taxas de amortização dos ativos intangíveis são as seguintes:

Administração	%
Custo incremental	12,00%
Extensão da concessão - GSF	20,00%
Software	20,00%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Encargo de uso da rede		5.835	4.498
		5.835	4.498
Materiais e serviços		6.984	20.601
Materiais e serviços - partes relacionadas	18	620	12.774
		7.604	33.375
Total		13.439	37.873

10. Debêntures: 10.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não circulante		31.12.2024	Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	amortizar	Total		
Debêntures	108.235	4.072	(1.581)	110.726	432.939	426.877
Total	108.235	4.072	(1.581)	110.726	432.939	426.877
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2023
Debêntures	101.560	4.567	106.127	508.064	508.064	614.191
Total	101.560	4.567	106.127	508.064	508.064	614.191

As movimentações das debêntures são como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	102.210	582.363	684.573
Encargos provisionados	25.430	-	25.430
Encargos pagos	(26.057)	-	(26.057)
Atualização monetária	31.135	-	31.135
Transferências	74.299	(74.299)	-
Pagamentos / amortizações	(102.471)	-	(102.471)
Amortização custo de transação	1.581	-	1.581
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.127	508.064	614.191
Encargos provisionados	22.984	-	22.984
Encargos pagos	(23.479)	-	(23.479)
Atualização monetária	29.330	-	29.330
Transferências	81.187	(81.187)	-
Pagamentos / amortizações	(107.005)	-	(107.005)
Amortização custo de transação	1.582	-	1.582
Saldo em 31 de dezembro de 2024	110.726	426.877	537.603

10.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

(a) Debêntures obtidas em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade
Debêntures 1ª emissão (EGVG11) - 1ª Série	519.000	5/11/2019	15/10/2029	IPCA + 3,70%	Anual	Semestral	CAPEX
Debêntures 1ª emissão (EGVG21) - 2ª Série	281.000	5/11/2019	15/10/2029	IPCA + 3,70%	Anual	Anual	CAPEX

A curva de amortização das debêntures não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	Total não circulante
Debêntures	122.352	115.293	115.293	80.000	432.938
Custo a amortizar	(1.581)	(1.581)	(1.581)	(1.318)	(6.061)
Total	120.771	113.712	113.712	78.682	426.877

Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants): Conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, as debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações, são da espécie quirografária, e ainda a Companhia possui obrigações financeiras que em caso de descumprimento podem acarretar o vencimento antecipado das debêntures. A Companhia não poderá apresentar por dois trimestres consecutivos o índice de capacidade de endividamento (obtido através da divisão da dívida líquida financeira pelo LAJIDA) superior ao limite estabelecido abaixo:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
Debêntures 1ª emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	4,00	Trimestral

• Dívida financeira líquida corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. • LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava em cumprimento com termos dos *Covenants* listados acima.

11. Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. **Decisão STF - Coisa julgada:** Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária. **Uso de estimativas:** A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável. **11.1 Contingência com risco provável:** As provisões para processos judiciais e outros estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2024
Trabalhistas	-	20	(1)	3	-	22
Cíveis	505	11	(27)	377	(11)	855
Total	505	31	(28)	380	(11)	877
	31.12.2022	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023
Cíveis	203	240	(62)	126	(2)	505
Total	203	240	(62)	126	(2)	505

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia. **Trabalhistas:** A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados). As ações envolvem pedidos de indenização e responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados. **Cíveis:** A Companhia discute, no âmbito cível, principalmente a processos relacionados a reintegração de posse e servidão administrativa.

11.2 Contingência com risco possível: A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	340	-
Cíveis	39	34
Fiscais	2.640	-
Total	3.019	34

Em sua maioria, a Companhia discute, no âmbito cível, processos relacionados a temas fundiários por meio de ações judiciais tais como reintegração de posse, servidão administrativa e ações de consignação em pagamento. Além dos temas destacados acima, a Companhia também possui alguns processos que discutem temas regulatórios e no âmbito trabalhista. No âmbito tributário, a Companhia discute, em execução fiscal, compensações não homologadas referente ao saldo negativo do ano calendário de 2019. O valor envolvido no processo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.640.

12. Patrimônio líquido: 12.1 Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 565.756, em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A	565.756.528	100,00%
Total	565.756.528	100,00%

12.2 Reserva legal: O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. **12.3 Reserva de reforço de capital de giro:** O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 22 do estatuto social da Companhia. **12.4 Destinação de resultado:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	171.213	160.714
(-) Reserva legal	(8.561)	(8.036)
Lucro líquido do exercício ajustado	162.652	152.678
Dividendo mínimo obrigatório	(7.513)	(7.570)
Juros sobre capital próprio	(39.000)	(36.000)
Dividendo adicional proposto	(116.139)	(52.430)
Reserva para reforço de capital de giro	-	(56.678)
Total	-	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no montante de R\$ 160.714, sendo que desse o montante: R\$ 8.036 como reserva legal, R\$ 7.570 em forma de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 52.430 como dividendo adicional proposto e R\$ 56.678 na forma de reserva para reforço de capital de giro. **12.5 Dividendos:** A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 se encontra detalhada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	16.382	65.343
Feito não caixa		
Dividendos adicionais propostos	52.430	6.469
Dividendo mínimo obrigatório	7.513	7.570
Juros sobre capital próprio declarados	39.000	36.000
Feito caixa		
Dividendos pagos	(68.812)	(63.000)
Juros sobre capital próprio pagos	(39.000)	(36.000)
Saldo final	7.513	16.382

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 23 de outubro de 2023 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2022, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 36.000, cujo pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2023. Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 11 de dezembro de 2024 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o patrimônio líquido da Companhia de 2023, com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 39.000, cujo pagamento ocorreu em 26 de dezembro de 2024.

13. Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pro-

nunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	171.213	160.714
Número de ações	565.756.528	565.756.528
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,3026	0,2841

14. Receita líquida: As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47"). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Receita com venda de energia gerada - partes relacionadas	14.1 e 18	96.970	81.191
Receita Anual de Geração - RAG	14.2	279.516	267.678
Receita Anual de Geração - RAG - partes relacionadas	14.2 e 18	52.090	52.116
Mercado de curto prazo	14.3	5.439	3.852
Atualização do bônus da concessão	14.2	77.824	70.509
Amortização do bônus da concessão	14.2	(67.072)	(64.277)
Receita operacional bruta		444.767	411.069
Deduções da receita			
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE		(3.746)	(3.513)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(1.322)	(953)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(12.408)	(10.096)
COFINS		(34.493)	(32.063)
PIS		(7.489)	(6.961)
Total deduções da receita		(59.458)	(53.586)
Total		385.309	357.483

14.1 Receita com venda de energia: As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. **14.2 Receita anual de geração e atualização do bônus da concessão:** Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como "custo amortizado", inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG. Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como "receita operacional". Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga ("RBO"). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão. **14.3 Mercado de curto prazo:** As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada "energia secundária", liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

15. Custo e despesas operacionais:

	Nota	2024	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(4.516)	(2.240)	-	(6.756)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		95	-	-	95
Material		(1.478)	(993)	-	(2.471)
(-) Capitalização dos custos de material		1.036	-	-	1.036
Serviço de terceiros		(5.890)	(1.386)	-	(7.276)
Energia elétrica comprada para revenda		(20.791)	-	-	(20.791)
Transporte de potência de energia		(54.831)	-	-	(54.831)
Aluguéis e arrendamentos		(353)	-	-	(353)
Depreciação e amortização		(3.473)	(751)	-	(4.224)
Baixa de imobilizado		(74)	-	-	(74)
Provisões para processos judiciais		-	(3)	-	(3)
Outras receitas (despesas) operacionais		457	(208)	84	333
Total		(89.818)	(5.581)	84	(95.315)

	Nota	2024	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Total
Pessoal		(4.854)	(2.514)	-	(7.368)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		577	-	-	577
Material		(6)	(1.263)	-	(1.269)
(-) Capitalização dos custos de material		1.021	-	-	1.021
Serviço de terceiros		(9.114)	(1.290)	-	(10.404)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.024)	-	-	(5.024)
Transporte de potência de energia		(52.977)	-	-	(52.977)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas	18	(145)	-	-	(145)
Aluguéis e arrendamentos		(386)	196	-	(190

...continuação	ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A. – CNPJ nº 25.176.391/0001-20					
----------------	--	--	--	--	--	--

Uso de estimativas: Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2032	2033 a 2034
694	281	281	281	281	676	228

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia. O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

18. Partes relacionadas: Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16. Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum. **18.1 Controladora (Enel Brasil):**

			31.12.2024	31.12.2023
Natureza da operação	Vigência		Passivo	Passivo
Dividendos a pagar	Dezembro de 2025		(7.513)	(16.382)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Dezembro de 2025		(12.607)	(9.890)
Total			(20.120)	(26.272)

18.2 Empresas em controle em comum:

			31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
Natureza da operação	Vigência		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas	Receitas (despesas)
Venda de energia - RAG						
ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Fevereiro de 2047	-	-	-	8.618	8.516
ENEL Distribuição CE- Coelce	Fevereiro de 2047	-	-	-	10.704	10.313
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Fevereiro de 2047	-	-	-	32.767	33.287
		-	-	-	52.089	52.116
Venda de energia - suprimento						
ENEL Trading Brasil S.A.	Janeiro de 2031	7.146	7.037	96.971	81.191	81.191
		7.146	7.037	96.971	81.191	81.191

Encargo de uso do sistema de transmissão
ENEL CIEN S.A.

					(145)	(145)
	Março de 2031	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura						
ENEL Distribuição CE- Coelce	Agosto de 2027	(461)	(461)	-	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Agosto de 2027	(781)	(781)	-	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Agosto de 2027	(876)	(876)	-	-	-
ENEL CIEN S.A.	Agosto de 2027	-	(29)	-	-	-
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Agosto de 2027	(683)	(651)	-	-	-
		(2.801)	(2.798)	-	-	-
Total		4.345	4.239	149.060	133.162	

(a) Compartilhamento: O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem. A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura. O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019. Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas. **(b) Venda de energia:** Contrato de regime de cotas - Receita Anual de Geração – RAG, e Contratos bilaterais negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), observando-se os preços e condições usuais de mercado. **Remuneração da Administração:** Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023. **19. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: Considerações gerais:** A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/ condições de cobertura no mercado. **19.1 Instrumentos financeiros: 19.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.12.2024	31.12.2023		
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	18.522	18.522	34.558	34.558
	Valor justo por meio do resultado	2	5	5	14	14
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	2	7.416	7.416	7.036	7.036
Contas a receber						
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de Outorga)	Custo amortizado	2	1.571.354	1.571.354	1.560.602	1.560.602
Total do ativo			1.597.297	1.597.297	1.602.210	1.602.210
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	13.439	13.439	25.128	25.128
Debêntures	Custo amortizado	2	537.603	545.246	614.191	623.415
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	398	398	440	440
Total do passivo			551.440	559.083	639.759	648.983

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 19.1.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas: As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo. Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

19.1.2 Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; • Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **19.2 Gerenciamento de riscos:** A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente. Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos. Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos. Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras. A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos. **(a) Estrutura de gerenciamento**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Enel Green Power Volta Grande S.A. - Rio de Janeiro - RJ.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Volta Grande S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Volta Grande S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

de riscos: O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos. O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa. A área de Risk Control Brazil (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio. Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco. **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **(b.1) Risco de crédito:** Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. **(b.2) Gerenciamento de capital:** A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira. De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Debêntures	537.603	614.191
Dívida	537.603	614.191
Caixa e equivalentes de caixa	(18.522)	(34.558)
Títulos e valores mobiliários	(5)	(14)
Dívida líquida (a)	519.076	579.619
Patrimônio líquido (b)	927.728	855.458
Índice de endividamento líquido (a/(a+b))	35,88%	40,39%

(b.3) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. A Companhia apresentou resultado líquido positivo e caixa gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios. Do total da dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com debêntures no montante de R\$ 110.726 e dividendos para empresas do grupo, no montante de R\$ 7.513, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário. O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro. A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	De três a doze meses	De um a cinco anos	total
Debêntures	128.164	474.354	602.518
Total	128.164	474.354	602.518

(b.4) Riscos de mercado: Riscos de taxas de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam. **Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros:** Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (Índices projetados divulgados pela B3).

		Projeção despesas financeiras - um ano				
		31.12.2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (+25%)	Cenário III provável	Cenário IV (+50%)
Dívidas IPCA						
Debêntures 1ª emissão (EGVG11) - 1ª Série		(353.728)	(21.878)	(26.303)	(30.679)	(35.005)
Debêntures 1ª emissão (EGVG21) - 2ª Série		(191.518)	(11.845)	(14.241)	(16.610)	(18.952)
Total		(545.246)	(33.723)	(40.544)	(47.289)	(53.957)

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 10. **Risco de câmbio:** Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2024 (em reais). A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos): Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante; Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante; e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas); Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

20. Seguros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

		Data de vigência	Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
Riscos		De	Até	
Riscos operacionais		31/10/24	31/10/25	3.481.030
Responsabilidade civil geral		31/10/24	31/10/25	N/A
Responsabilidade civil administradores		10/11/24	10/11/25	N/A
Riscos ambientais		31/10/24	31/10/25	N/A

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

21. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa: 21.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa: A Companhia classifica os juros pagos como atividade operacional. A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.12.2024	31.12.2023
Pagamento de juros	31.12.2024	31.12.2023
Apresentados nas atividades operacionais	(23.479)	(26.057)
Total	(23.479)	(26.057)

21.2 Conciliação das atividades de financiamento: Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa. Tais conciliações estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Quanto aos dividendos e juros sobre capital próprio, a conciliação é conforme segue:

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Efeito caixa			
Atividades de financiamentos			
Pagamento de debêntures (principal)	10	(107.005)	(102.471)
Pagamento de arrendamento (principal)		(372)	(261)
Pagamento de dividendos	12	(68.812)	(63.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	12	(39.000)	(36.000)
Total		(215.189)	(201.732)

	Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
	Bruno Riga	Diretor- Presidente
	Jayme Barg	Diretor de Operação e Manutenção